

A partir de fins dos anos 50, uma polêmica internacional se travou em torno do conceito de **modo de produção asiático**. Não somente procurou-se renovar a visão de determinadas sociedades — muitas delas não-asiáticas —, como também criticou-se a noção de que, em princípio, todas as sociedades deveriam atravessar as mesmas etapas em seu desenvolvimento histórico.

Este livro aborda essa polêmica, tomando-a como pano de fundo para a análise das sociedades do antigo Oriente Próximo, através de dois exemplos: Egito e Baixa Mesopotâmia.

Ciro Flamarion S. Cardoso é professor da Universidade Federal Fluminense. Publicou, entre outros títulos, **O Egito antigo**, **O trabalho compulsório na Antiguidade**, **A cidade-Estado antiga** e **O trabalho na América Latina colonial** (na **Série Princípios**).

1

Palácios, templos e aldeias: o “modo de produção asiático”

A forma como abordaremos, neste livro, o estudo das sociedades do antigo Oriente Próximo — através dos exemplos egípcio e mesopotâmico — vincula-se diretamente à noção de *modo de produção asiático*. Começaremos, então, por uma exposição sumária: dos antecedentes do surgimento deste polêmico conceito; da sua elaboração na obra de Marx; e do seu complexo destino posterior. Em seguida, trataremos de expor a versão específica do mencionado conceito, que nos servirá de base para interrogar os exemplos escolhidos.

Antecedentes do conceito de “modo de produção asiático”

Do século XVI ao XVIII, os escritores europeus que, por alguma razão, se referiam ao Oriente — à Ásia —, faziam-no no contexto do pensamento acerca do social como existia em sua época, isto é, manifestando interesse prioritário, ou mesmo exclusivo, pelos aspectos políticos. A idéia de que a política não passa de uma parte do todo

social, do qual só aparentemente é o princípio condutor, não começou a se desenvolver antes do século XIX. Assim, na fase anterior, noções como o “despotismo oriental” apareciam como objetos perfeitamente autônomos e legítimos de análise. Inicialmente, os materiais usados provinham da Bíblia e de escritores clássicos antigos — por exemplo, as opiniões manifestadas pelos gregos acerca do Império Persa —, bem como de informações não muito precisas sobre os turcos otomanos e o Império Moscovita. A partir do século XVII, porém, multiplicaram-se as publicações de escritos de viajantes, mercadores, navegantes e diplomatas que se dirigiam ao Oriente (Império Turco, Pérsia, Índia, China etc.) em busca de ganho mercantil, de vantagens comerciais para si próprios ou para os países que os enviavam. Tais escritos foram lidos e utilizados, na Europa, por pensadores (filósofos, historiadores, economistas políticos) interessados principalmente em contrastar os dados que conheciam ou acreditavam conhecer a respeito da “Ásia” ou do “Oriente” — então quase sempre visto como uma única totalidade homogênea — com sua interpretação do que ocorria na Europa, em polêmicas acerca do absolutismo, do livre comércio, dos direitos naturais dos homens, e de outros temas. Foi unicamente no século XIX que as sociedades asiáticas passaram a ser encaradas em sua heterogeneidade e multiplicidade, e vistas como objeto de estudo em si mesmas, em função não apenas das mudanças ocorridas na maneira de abordar o social, mas também de uma penetração crescente e em profundidade dos interesses europeus nessas sociedades orientais.

No século XVI, a Europa vivia a emergência das nações-Estados modernas, das monarquias absolutistas. Questões como a necessidade de exércitos e burocracias permanentes, de sistemas nacionalmente integrados de

finanças, impostos e leis, estavam na ordem do dia. Pensadores se debruçavam sobre tais problemáticas, tentando entendê-las e dar-lhes respostas positivas e pragmáticas, alguns dos quais foram pioneiros na apresentação do Estado oriental como antítese da monarquia européia. Machiavelli, por exemplo, acreditava que no Império Turco havia um único senhor, sendo todos os outros homens seus servidores; a razão disto seria que, ao contrário do que ocorria na Europa, entre os otomanos inexistiria uma nobreza hereditária, idéia algum tempo depois retomada por Francis Bacon. Ele opunha, então, o governo europeu, exercido por um monarca cercado de conselheiros, ao despotismo oriental; contrastava os numerosos Estados europeus, em que havia condições que favoreciam a criatividade dos habitantes, aos imensos impérios orientais, caracterizados por uma população servil. Bodin, por sua vez, sob forte influência de Aristóteles, comparou a “monarquia real” européia — em que os súditos obedeciam às leis do rei e às leis naturais, sendo-lhes reconhecido o direito à liberdade natural e à propriedade — com a “monarquia senhorial” do Oriente, esta ilustrada pelos Estados turco e moscovita. Em tais Estados o rei, senhor dos bens e das pessoas por direito de conquista, governava seus súditos como um chefe de família romano governava seus escravos.

Em 1650, Thomas Hobbes endossou algumas das idéias de Bodin, ao tratar do que, por influência grega, chamou de “reino despótico”.

No século XVII, comerciantes e embaixadores que haviam conhecido a Pérsia e a Índia especularam sobre as origens e bases do “poder despótico”: elementos de seus escritos foram amplamente usados, sobretudo na França, nas acaloradas polêmicas acerca do absolutismo monárquico. Em seus contatos com o Oriente, os europeus

notaram, em primeiro lugar, o contraste entre a imensa riqueza das cortes e a pobreza abjeta da maioria da população, confirmando, portanto, uma visão como a de Machiavelli e Bacon acerca da ausência de mediações sociais entre a corte e o povo. Quase todos afirmaram que o déspota era o único proprietário do solo. O mais famoso dos viajantes, Bernier, acreditava ser esta propriedade a fonte do poder despótico — tese que seria adotada posteriormente pelos fisiocratas, por Adam Smith e por Marx —, enquanto outros, pelo contrário, achavam que era do poder absoluto que o governante derivava seus direitos sobre as pessoas e os bens. Bernier notou também que os artifícios orientais — artesãos de alta qualificação — dependiam, para viver, da redistribuição das riquezas concentradas através de tributos feita pelos soberanos, para os quais trabalhavam.

No século XVIII, além de uma voga generalizada, na Europa, das coisas e dos costumes turcos e persas — como os viam os europeus, numa evidente reinterpretação —, a China fez sua aparição no universo intelectual do Ocidente, alimentando a oposição entre “sinófilos” e “sinófobos”: Voltaire serve para ilustrar a primeira posição e Montesquieu, a segunda.

Montesquieu, em 1748, considerou o “despotismo” como sendo uma das formas fundamentais de governo, exemplificando-o, porém, não apenas com sociedades orientais, mas igualmente com personagens do Império Romano e com a Inglaterra de Henrique VIII. Seu contraste entre “monarquia” e “despotismo” baseava-se na noção de que, sob este último regime, inexistia qualquer instância entre o déspota e o povo: todos os súditos são “nada” diante do governante todo-poderoso. Uma sociedade despótica carece de leis políticas fundamentais e de comércio; nos casos extremos, o déspota monopoliza a propriedade da terra.

Voltaire, que via a China como o país dos reis filósofos, protótipo do “despotismo esclarecido”, por ele preconizado, criticou Montesquieu, no que foi imitado por alguns fisiocratas. Quesnay, por exemplo, encarava a China como um “despotismo legal”, em oposição ao “despotismo arbitrário”. Embora nem todos os fisiocratas fossem “sinófilos”, credita-se a eles a formulação do primeiro modelo econômico sistemático aplicado ao “despotismo oriental”; isto porque foram também os primeiros que perceberam a economia como uma totalidade coerente, feita de partes interdependentes ou solidárias.

Numa posição relativamente isolada na época, o orientalista francês Anquetil-Duperron, em obras publicadas entre 1778 e 1791, opôs-se à idéia de que o governo da Índia fosse despótico e ignorasse as leis ou o direito de propriedade, e também à afirmação — feita em 1783 por A. Dalrymple — de que a terra ali fosse possuída coletivamente pelas aldeias.

Ainda no final do século XVIII, Adam Smith, em *A riqueza das nações* (1776), afirmou que na Índia e na China a agricultura, e não a manufatura, era altamente considerada e favorecida. A riqueza (ouro e prata) estava nas mãos de uns poucos magnatas, que não a investiam nem permitiam que outros o fizessem. O Estado — proprietário de todo o solo — interessava-se em promover a agricultura, manter os caminhos e os canais de irrigação.

Já no início do século XIX, o filósofo alemão Hegel — que lera os filósofos franceses do século XVIII e Adam Smith — procedeu a um contraste entre Oriente e Ocidente. A Europa conhecera um progressivo desenrolar da autoconsciência, enquanto no Oriente se dera o desenvolvimento de uma consciência moral externa ao indivíduo, ou seja, abstrata. Por tal razão, na China a história se reduzia a uma mera crônica, enquanto na Índia ela sim-

plesmente não existia. A política, na forma de invasões ou revoltas palacianas, era indiferente para os camponeses, em suas aldeias imutáveis.

A imutabilidade das aldeias como base da estagnação da Índia pré-britânica foi salientada por John Stuart Mill, em 1848: nelas se combinavam o artesanato e a agricultura, e, embora o Estado fosse o proprietário das terras, os camponeses detinham seu usufruto mediante o pagamento de rendas fixadas pelo costume. Outro economista político, cujas idéias teriam grande influência sobre Marx, foi Richard Jones: em 1831 caracterizara a “renda em forma de tributo” — típica, para ele, da Índia e de outras sociedades asiáticas — entre as modalidades possíveis da renda — desenvolvendo, neste ponto, certas idéias de Adam Smith —, e ligara-a à estagnação oriental, pelo fato de impedir a acumulação individual e preservar o despotismo.

A partir de meados do século XIX, multiplicaram-se os estudos de sociedades orientais, não mais a partir dos governantes e, sim, das unidades aldeãs e suas instituições. Tais estudos foram influenciados por duas grandes correntes de pensamento. Uma delas consistia na crença de ser o sânscrito a língua-mãe das grandes línguas da Europa, o que levava a crer numa espécie de “unidade institucional indo-européia”, exemplificada nos estudos em que, entre 1861 e 1875, Henry Maine comparou as comunidades aldeãs da Índia às dos eslavos, germanos e celtas. A outra foi a longa polêmica — ainda atual — acerca de serem ou não as sociedades aldeãs primitivas caracterizadas pela propriedade coletiva sobre o solo, reconhecendo-se às famílias individuais unicamente um direito de usufruto.¹

¹ A respeito dos antecedentes do conceito de “modo de produção asiático”, ver BAILEY, Anne M. & LLOBERA, Josep R., eds. *The Asiatic mode of production*, p. 13-23. V. “Bibliografia comentada”.

Da elaboração do conceito ao seu abandono

Na obra de Marx o “modo de produção asiático” aparece, na imensa maioria dos escritos — como ocorre, aliás, com todos os modos de produção pré-capitalistas —, num contexto bem definido: em relação mais ou menos direta com a análise do capitalismo e com a crítica da economia política que hoje chamamos “clássica”. Nestas condições, não se pode esperar encontrar nos escritos do fundador do marxismo uma teoria explícita e acabada a respeito das sociedades “asiáticas”. Mesmo assim, embora baseadas nas idéias que vinham se desenvolvendo na Europa durante cerca de três séculos a respeito do Oriente, as suas concepções acerca do “modo de produção asiático” foram suficientemente interessantes para terem duradoura influência.

Na década de 1850, como correspondente do jornal *New York Daily Tribune*, em Londres, Marx redigiu uma série de artigos sobre a Índia e a China, ao cobrir debates no Parlamento britânico a respeito de temas como a renovação dos privilégios da Companhia das Índias Orientais, as rebeliões Taiping, a revolta dos cipaio etc. Sua correspondência com Engels, na mesma época, preparou alguns dos desenvolvimentos presentes naqueles artigos.

Em carta a Engels, em 1853, Marx cita longos extratos do livro *Voyages contenant la description des états du Grand Mogol*, de Bernier (1670), chegando à conclusão de que o viajante do século XVII tivera razão ao ver, na inexistência da propriedade privada da terra — na Turquia, Pérsia, Índia —, a base de todos os fenômenos do Oriente, inclusive a ausência de história de que falara Hegel. Engels sugeriu-lhe, em resposta, que a origem da inexistência de propriedade privada residiria nas condições climáticas de semi-aridez, fazendo com que a irrigação arti-

ficial, organizada seja pelas comunidades, seja pelo Estado, fosse condição primordial para que a agricultura pudesse ser praticada. Estas e outras idéias expostas na carta de Engels foram retomadas por Marx, com algumas modificações, em seu artigo de 25 de junho de 1853, a partir do papel do governo no que diz respeito às obras públicas de irrigação. Na Índia, a ausência de propriedade privada da terra e o papel do Estado nas obras públicas, bem como o caráter autárquico das aldeias — cada uma das quais, um pequeno mundo em si —, cujas terras podiam ser cultivadas em lotes familiares, permanecendo porém comuns as pastagens, explicariam a estagnação, o caráter estacionário da sociedade. Essas comunidades conheciam, sem dúvida, as distinções de casta e a escravidão; mas, na medida em que combinavam o artesanato e a agricultura, sua auto-suficiência bloqueava o desenvolvimento do indivíduo e servia de base ao despotismo oriental. A única revolução autêntica na história da Ásia se devia ao impacto do capitalismo. Num artigo de 8 de agosto de 1853, Marx tratou do modo pelo qual os britânicos, rompendo a autarquia aldeã na Índia — pela introdução de tecidos baratos de algodão e pela construção de estradas de ferro — e absorvendo-a em sua civilização, estavam lançando as bases do progresso de uma efetiva transformação social.

Entre 1857 e 1859, Marx redigiu um extenso manuscrito para pôr em ordem suas pesquisas em economia, como também a elaboração do seu método específico de análise. Tal manuscrito — os *Grundrisse (Fundamentos da crítica da economia política)* — só seria publicado pela primeira vez em 1939-41, tendo maior difusão somente no fim da década de 1950.

Numa passagem dos *Grundrisse* — “Formas que precedem a produção capitalista” —, Marx aborda o processo

da separação do trabalhador em relação às condições objetivas da produção e reprodução de sua vida, o que significou, historicamente, tanto a dissolução da pequena propriedade quanto a da propriedade coletiva, baseada na comunidade oriental. De fato, no texto, a “forma asiática” de propriedade comum da terra aparece como uma entre várias modalidades possíveis — justamente a mais resistente à mudança, devido à união entre agricultura e artesanato nas comunidades autárquicas, e devido a que, no interior destas, o indivíduo não pudesse converter-se em proprietário, tendo exclusivamente a posse da terra. Assim, mesmo o surgimento da escravidão ou da servidão e da riqueza monetária pouco pôde afetar as resistentes comunidades “asiáticas”.

Marx imagina uma evolução que, passando pelo pastoreio nômade, levasse a tribo à sedentarização em determinado território, mantendo sua comunidade de sangue, língua e costumes. Na variedade “asiática” de comunidade, o produtor individual vê na organização tribal — formada “naturalmente” — um suposto natural ou divino do processo de trabalho, não produzido por este. O indivíduo só pode apropriar-se das condições objetivas de sua vida na qualidade de membro da comunidade: a apropriação real dessas condições através do trabalho só se pode dar sob aquele suposto que aparece como natural, ou sobrenatural. Por cima das comunidades locais está uma unidade superior ou englobante, encarnada, em última análise, numa só pessoa — o déspota —, que se apresenta como a única proprietária do solo; as comunidades locais são, simplesmente, possessoras hereditárias. Deste modo, a unidade superior mediatiza a relação entre o indivíduo e as condições de trabalho por intermédio de cada comunidade particular, que dela parece receber o direito de uso sobre os recursos naturais. Em consequência, uma parte do traba-

lho excedente de cada comunidade local destina-se à unidade englobante, ou “comunidade superior”, na forma de tributo e de trabalho comum para exaltação da unidade, prestado ao déspota real ou ao ser imaginário que encarna a unidade tribal: a divindade.

Vê-se que, na análise de Marx, na fundação material do “despotismo oriental”, por trás das aparências — poder despótico, ausência de propriedade — se perfila a base real constituída pela propriedade comunal, em que se combinam agricultura e artesanato, nas comunidades autárquicas que contêm em seu interior todas as condições para sua reprodução e para a produção de excedentes. A realização do trabalho pode dar-se tanto pelas famílias, em lotes individuais, quanto pelo cultivo em comum do solo. Dentro de cada comunidade, a unidade desta pode-se encarnar, seja num chefe individual, seja num conselho de chefes de famílias.

As obras públicas, na prática levadas a cabo pelas comunidades, aparecem como realização da unidade englobante do regime despótico ao qual cada indivíduo, de cada comunidade, parece pertencer. O excedente acumulado pela “comunidade superior” serve para o comércio exterior, as obras públicas e a remuneração de artesãos especializados, a serviço da corte. Inexiste o intercâmbio mercantil no interior de cada comunidade, podendo haver, no entanto, trocas entre as comunidades.

Em 1859, no prefácio à sua *Contribuição à crítica da economia política*, Marx afirmou que, de maneira geral, os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno podem ser encarados como épocas que marcam sucessivos progressos no desenvolvimento econômico da sociedade. No livro, chamou a atenção sobre o fato de que, na Ásia, a tesauroização da riqueza em metais preciosos tinha pequeno papel no mecanismo total de produção;

em contraste com o capitalismo, a imobilização da riqueza em tesouros ainda aparecia como uma finalidade em si.

Em *O capital* — obra da qual somente o primeiro tomo foi publicado com Marx ainda em vida (1867), surgindo os outros dois postumamente, em função de formidável esforço de Engels na organização do texto (1885, 1894) —, diversas passagens esparsas têm a ver com o “modo de produção asiático” ou com sociedades específicas por ele conformadas (Índia, Peru pré-colombiano), tendo sempre como ponto de referência o contraste com o modo de produção capitalista. Tratando do destino do excedente nas sociedades “asiáticas”, diz Marx que ele se destina, em parte, à troca entre as aldeias e, em parte, à renda apropriada pelo Estado, com a qual este paga os artesãos pelo seu serviço e realiza o comércio de longo curso. Seguindo uma opinião de Adam Smith e de Richard Jones, ele afirma que, nos Estados da Ásia, dá-se a coincidência entre renda e tributo. Por outro lado, nas sociedades “asiáticas”, como em todas aquelas em que o produtor direto controla os meios de produção, a extorsão do trabalho excedente só pode ocorrer mediante o recurso à coação extra-econômica, ou seja, pela utilização da repressão militar, dos mecanismos judiciais, da ideologia etc.

O papel de Engels na elaboração do conceito de “modo de produção asiático” foi bem menor do que o de Marx. No *Anti-Dühring* (1878), Engels reafirmou a necessidade de organização das obras de irrigação no Oriente como elemento que explica o surgimento dos Estados despóticos. Ele via no despotismo oriental a mais primitiva forma de Estado, por basear-se na mais elementar das formas de renda: a renda em trabalho. O livro mencionava também que as comunidades aldeãs da Índia haviam evoluído da propriedade comunal tribal ao parcelamento da terra e ao surgimento de diferenças de riqueza

entre os indivíduos, devido à distribuição desigual do produto das trocas intercomunitárias.

Em sua obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884), Engels descartou a análise da “história antiga dos povos civilizados da Ásia”. Isto foi interpretado por alguns como significando o seu abandono do conceito de “modo de produção asiático”, o que não parece procedente. No *Anti-Dühring* ele sugerira a existência de dois caminhos históricos para o surgimento do Estado: o que conduz ao despotismo oriental, no qual se mantêm em existência as comunidades aldeãs, e o que passa pela dissolução das comunidades tribais e pela evolução das forças produtivas, levando ao desenvolvimento do escravismo. Tudo indica que, no novo livro, decidira limitar-se ao segundo caminho, para ele o mais completo por dar acesso às sociedades de classes nas quais se desenvolvem a propriedade privada e a produção mercantil. No século XIX, a arqueologia não revelara, ainda, a existência de civilizações próximas por suas características das sociedades orientais na Grécia continental e insular proto-histórica; assim a Engels parecia que, na Grécia, passara-se da organização tribal à sociedade clássica, num processo que não conhecia qualquer modalidade social de tipo “asiático”.²

Da morte de Marx, em 1883, até 1929, o conceito de “modo de produção asiático” apareceu com bastante frequência, e sem contestação, na obra de diversos autores marxistas (P. Lafargue, H. Cunow, R. Luxemburg, G. Plekhanov etc.) e nos debates da Segunda Internacional. Na Rússia, as intervenções a respeito tiveram muitas vezes, como pano de fundo, a discussão dos marxistas com os chamados “populistas”, que idealizavam a comuna agrária

² Os textos de Marx e Engels que interessam aos pontos de que tratamos foram reunidos em MARX, ENGELS, LENIN. *Sur les sociétés précapitalistes*. Préf. M. Godelier. V. “Bibliografia comentada”.

rusa, ou *mir*, acreditando poder ela ser a base da transição ao socialismo, enquanto os marxistas sublinhavam que, por um lado, historicamente, as comunidades rurais haviam servido de base ao despotismo — inclusive na Rússia — e, por outro, encontravam-se em franca dissolução. Plekhanov tinha, das origens do “modo de produção asiático”, uma concepção apoiada num determinismo geográfico e tecnológico bastante estreito.

Nos anos que se seguiram à Revolução de 1917, as discussões acerca do “modo de produção asiático” passaram a estar crescentemente dominadas por preocupações políticas ligadas a qual deveria ser a posição socialista correta da Terceira Internacional diante das consequências do colonialismo europeu e da determinação das principais forças revolucionárias presentes nas sociedades orientais. No fim da década de 1920, a situação da China concentrava quase toda a atenção. Enquanto Varga e Riazanov acreditavam ver na sociedade chinesa a articulação de dois modos de produção — o asiático e o capitalista —, outros líderes tinham opiniões diferentes, e achavam que a idéia de “estagnação”, que em vários textos de Marx se vinculava à noção de “modo de produção asiático”, poderia levar à conclusão da impossibilidade da revolução socialista no Oriente. Simpósios realizados em Tbilisi (1930) e em Leningrado (1931) concluíram pela inexistência de um “modo de produção asiático” específico, havendo apenas uma “variante asiática” do escravismo ou do feudalismo. Estruturava-se, já então, a visão unilinear da evolução da humanidade que Stalin consagraria em 1938. Defensores do “modo de produção asiático”, como Riazanov e Madiar, desapareceram na repressão dos anos 1930, e o conceito foi quase universalmente abandonado por várias décadas.³

³ Ver SOFRI, Gianni. *Il modo di produzione asiatico*. Torino, Einaudi, 1969. cap. 2.

Reabre-se a discussão

Wittfogel, ex-membro do Partido Comunista Alemão que, mudando-se para os Estados Unidos, ali ensinara história da China e fora um delator quando das perseguições da era de McCarthy, publicou, em 1957, *Oriental despotism*⁴, livro no qual expôs sua teoria a respeito das “sociedades hidráulicas”, cujas máximas representantes no mundo contemporâneo seriam a União Soviética e a China socialista, as grandes inimigas do Ocidente.

Wittfogel mescla uma concepção ecologista e tecnicista, semelhante à de Plekhanov, ao difusionismo e a outras influências. Afirmar que as condições em que surge a oportunidade — não a necessidade — para que se desenvolvam padrões despóticos de governo e sociedade, por ele identificados com a “sociedade hidráulica”, dependem de certos requisitos: 1. A reação do grupo humano diante de uma paisagem deficitária em água. 2. Tal grupo tem de estar acima do nível de uma estrita economia de subsistência. 3. O grupo deve estar distante da influência de centros importantes da agricultura de chuva. 4. O nível do grupo precisa ser inferior ao de uma cultura industrial baseada na propriedade privada.

Cumprindo-se todos esses requisitos, o surgimento de uma sociedade hidráulica torna-se possível, embora não necessário; a escolha entre adotar ou não tal forma de organização permanece em aberto, sempre havendo alternativas. O controle, armazenagem e uso de grandes massas de água através de obras hidráulicas exigem um trabalho maciço, que tem de ser coordenado, disciplinado e dirigido, o que impõe a subordinação à autoridade reguladora de um Estado forte e eficaz; este acaba por esmagar a liberdade do grupo que lhe está submetido.

⁴ WITTFOGEL, Karl A. *Despotismo oriental*. Trad. F. Presedo. Madrid, Guadarrama, 1966.

Para Wittfogel, a economia hidráulica primeiramente surgiu nas regiões áridas, difundindo-se depois pelas semi-áridas e úmidas, sempre na dependência da sua aceitação por parte dos grupos humanos aos quais se tenha colocado a opção. Ele acha que é possível a adoção da forma hidráulica de sociedade e de Estado, mesmo em regiões onde não exista ou seja pouco importante a agricultura hidráulica: é a “sociedade hidráulica marginal”. No caso de serem adotadas só parcialmente as características do “despotismo oriental”, teríamos uma “sociedade hidráulica submarginal”. Assim, a necessidade de obras hidráulicas seria condição necessária para o surgimento da sociedade hidráulica em caráter pioneiro, sem ser, no entanto, imprescindível para a difusão de tal forma de organização social.

Por fim, diz o autor que, uma vez esgotadas as possibilidades de desenvolvimento e de mudanças criadoras contidas no modelo da “sociedade hidráulica”, esta tenderia à repetição estereotipada — epigonismo — ou mesmo à decadência. O seu ciclo completo seria: formação, crescimento, maturidade, estagnação, epigonismo e retrocesso institucional.

As idéias de Wittfogel tiveram muitos seguidores. Outrossim, uma de suas posturas básicas, a “hipótese causal hidráulica” — isto é, a idéia de que a necessidade de controle sobre os grandes trabalhos exigidos pela manutenção de um sistema complexo de irrigação foi o fator central na geração do Estado “despótico” —, era já bem antiga, tendo sido defendida por historiadores como J. Baillet, J. Pirenne, A. Moret, J. Vercoutter e H. W. F. Sags. Tal hipótese é falsa, o que foi evidenciado, sem dúvida, por inúmeras pesquisas bem apoiadas na arqueologia e em fontes escritas. É irônico que uma dessas pesquisas tenha sido realizada por um dos mais incondicionais seguidores de Wittfogel, A. Palerm, que começou sua inves-

tigação arqueológica e etno-histórica pensando provar a “hipótese causal hidráulica” no caso do México pré-colombiano, mas demonstrou, de fato, o contrário: que o controle dos sistemas de irrigação competia às comunidades locais, e que só muito tardiamente o Estado desenvolveu uma política de grandes obras públicas de tipo hidráulico.⁵

Entre os marxistas, o livro de Wittfogel — que provocou grande indignação — constituiu apenas um entre muitos fatores que deram impulso à retomada do interesse pelo conceito de “modo de produção asiático”. Outros fatores foram: a “desestalinização”, iniciada pelo XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, que no campo do materialismo histórico desencadeou um ataque à noção do unilinearismo evolutivo das sociedades humanas; o progresso dos movimentos de libertação nacional, sobretudo a partir da década de 1950, com a admissão sucessiva, às Nações Unidas, de numerosas nações afro-asiáticas, cujos problemas socioeconômicos específicos exigiam também respostas de tipo histórico; a ampla circulação dos *Grundrisse*, texto de Marx praticamente desconhecido até a mesma década, bem como a republicação de seus artigos sobre a Índia e de escritos de Plekhanov, Varga e outros autores acerca das sociedades “asiáticas”.

Nos países socialistas, na França, na Itália, no Japão e em outras partes do mundo, inclusive na América Latina — se bem que modestamente, a não ser no caso do México —, os anos 60 e 70 viram proliferar uma bibliografia numerosa e variada sobre o “modo de produção asiático”, em meio a ativa troca de idéias — poder-se-ia

⁵ Ver, sobretudo, ADAMS, Robert M. Early civilizations, subsistence, and environment. In: STRUEVER, S., ed. *Prehistoric agriculture*. New York, The Natural History Press, 1971. p. 591-614; PALERM, Angel & WOLF, Eric. *Agricultura y civilización en Mesoamérica*. México, Secretaría de Educación Pública, 1972. p. 128-48.

mesmo dizer, no contexto de um vivo debate e de agudas divergências.

Entre os temas em torno dos quais se desencadeou a discussão acerca do “modo de produção asiático” — que muitos passaram a chamar de “tributário”, “despótico-tributário”, “despótico-aldeão” etc., por ser obviamente inadequado o adjetivo *asiático* aplicado a um tipo de sociedade que os pesquisadores julgavam encontrar na história de regiões situadas em todos os continentes — estavam as seguintes indagações: Qual a sua organização interna, sua origem, suas contradições, seu desenvolvimento? Tratar-se-ia de uma forma de transição das sociedades comunitárias tribais às sociedades de classes plenamente desenvolvidas, ou de um tipo específico e bem definido de sociedade de classes? Seria uma formação marginal restrita somente a certas sociedades, ou universal?

As respostas dadas a estas e outras perguntas foram heterogêneas segundo autores e tendências, em parte porque nos próprios textos a que todos recorriam, como diz Melotti,

A ênfase de Marx se desloca, nas diversas passagens, de um a outro dos (...) aspectos. Ora afirma que o elemento fundamental do sistema oriental é a ausência da propriedade privada, ora atribui esta mesma ausência aos fatores particulares de caráter geográfico e climático (...). Ora explica o papel eminente do Estado por estes fatores ecológicos, que impunham a necessidade de grandes trabalhos hidráulicos, ora, pelo contrário, pela dispersão e pelo isolamento das aldeias. Em certas passagens, atribui este isolamento à economia auto-suficiente, garantida pela combinação de agricultura e artesanato doméstico. Em outras, parece adotar contrariamente a idéia de que seja a estrutura simples destas aldeias, e portanto a limitada divisão do trabalho, o que explica a estagnação do sistema oriental. Alhures, sublinha fatores diversos, como a civilização dema-

siado rudimentar, o baixo nível das forças produtivas ou a particular estrutura de classes, que aliás faz decorrer, por sua vez, da insuficiência da divisão do trabalho.⁶

O que significa, como já foi mencionado, que Marx não chegou a elaborar uma teoria sistemática e acabada do “modo de produção asiático”.

Embora alguns autores (K. A. Antónova, P. Anderson, B. Hindess e P. Q. Hirst, G. Komoróczy) concluíssem pela inexistência de tal modo de produção como forma específica de sociedade, outros (F. Tökei, Godelier, Melotti, J. Suret-Canale, J. Chesneaux, R. Bartra etc.) chegaram à conclusão contrária e também salientaram a importância desse conceito para basear uma visão multilinear do desenvolvimento das sociedades humanas, em oposição à perspectiva unilinear consagrada por Stalin. Ainda mais interessante é a posição de Goblot, que se opõe tanto ao unilinearismo quanto ao multilinearismo, já que defende a opinião de que a evolução das sociedades *não é linear*: o desenvolvimento social, caracterizado por contatos e influências, deslocamentos, “novos começos”, não é contínuo em cada unidade “etnogeográfica” — que pode mesmo conhecer estagnações e involuções —, por mais que a continuidade temporal e lógica daquela evolução possa ser recuperada quando integramos os diferentes processos evolutivos numa unidade superior. Por isso, diz M. Rebérioux que o historiador deve abandonar a busca (absurda) da continuidade geográfica do desenvolvimento histórico e aprender “a ver o contínuo no descontínuo”.⁷

⁶ MELOTTI, Umberto. *Marx e il terzo mondo*. Milano, Il Saggiatore, 1972. p. 92.

⁷ GOBLOT, Jean-Jacques. L'histoire des “civilisations” et la conception marxiste de l'évolution sociale. In: PELLETIER, A. & —. *Matérialisme historique et histoire des civilisations*. Paris, Ed. Sociales, 1969. p. 57-197.

Embora seja impossível seguirmos aqui toda a trajetória do conceito de “modo de produção asiático” desde que sua discussão foi retomada, pouco antes de 1960, é mister, além de remeter o leitor aos textos principais gerados em tal discussão,⁸ recordar que, se bem que até meados da década de 1960 ainda fossem comuns os escritos puramente exegéticos e teóricos a respeito, desde então tem-se desenvolvido a perspectiva de que, sem descurar da teoria, é essencial proceder ao seu confronto com o material empírico disponível, infinitamente mais rico do que no século passado. Afinal, foram Marx e Engels que frisaram, referindo-se à “síntese dos resultados mais gerais que é possível abstrair do estudo do desenvolvimento histórico”:

*Tais abstrações, tomadas em si mesmas, separadas da história real, não têm qualquer valor.*⁹

“Modo de produção doméstico” e “modo de produção palatino”

As tentativas de aplicação do conceito de “modo de produção asiático” disseram respeito a grande número de sociedades e a cortes cronológicos também variados: as civilizações do antigo Oriente Próximo; algumas das civilizações da proto-história mediterrânea (cretense, micênica e, com menos verossimilhança, a etrusca); Índia, Sudeste Asiático e China pré-coloniais; algumas das culturas da África negra pré-colonial; as altas culturas da América pré-colombiana. Casos muito controversos, e com graus de probabilidade muito mais baixos, são o Império Bizan-

⁸ A coletânea mais atualizada é a já citada na nota 1, organizada por Bailey e Llobera.

⁹ MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *La ideología alemana*. Montevideo, Pueblos Unidos, 1968. p. 25.

tino, o mundo muçulmano — insistiu-se mais no caso turco —, a Rússia czarista e o Japão.

Aqui nos interessa o antigo Oriente Próximo, visto através de dois exemplos: o Egito faraônico e os Estados da Baixa Mesopotâmia. Por tal razão, apoiar-nos-emos na interpretação da evolução social próximo-oriental elaborada, sob inspiração das discussões acerca do “modo de produção asiático”, por dois autores italianos, especialistas na história dessa região: M. Liverani e C. Zaccagnini.

Por volta de 7000 a.C. já existiam, na Ásia Ocidental, aldeias sedentárias, resultantes do processo que o arqueólogo australiano Gordon Childe propôs fosse chamado “revolução neolítica”; esta forma de organização se generalizou aos poucos no Oriente Próximo. Alguns séculos antes de 3000 a.C., na Baixa Mesopotâmia, e por volta dessa data, no Egito, nova transformação — que Childe chamava “revolução urbana” — se traduziu no surgimento de cidades, do Estado, e de uma diferenciação social profunda; ou, mais em geral, do que se convencionou denominar “civilização”.

Liverani, ao interpretar a situação posterior à “revolução urbana”, propõe um duplo quadro de referência: o “modo de produção doméstico”, ou “aldeão”, e o “modo de produção palatino”. O primeiro seria uma estruturação social cuja origem remonta à “revolução neolítica”; são características suas a economia de subsistência, a ausência de divisão e especialização do trabalho — dando-se, em cada aldeia, a união da agricultura e do artesanato —, a ausência de uma diferenciação em classes sociais, a propriedade comunitária sobre a terra. O “modo de produção palatino”, por sua vez, resultaria da “revolução urbana”, que desembocara no surgimento de complexos palaciais e templários como centros de nova organização social. A economia passara a basear-se na concentração, transfor-

mação e redistribuição dos excedentes extraídos por templos e palácios dos produtores diretos — em sua maioria ainda membros de comunidades aldeãs —, mediante coação fiscal, configurando tributos *in natura* e “corvéias”, ou trabalhos forçados por tempo limitado, para atividades civis (trabalhos diversos) e militares; isto manifestava divisão e especialização do trabalho, com o surgimento de especialistas de tempo integral (artesãos, sacerdotes e burocratas dependentes dos templos e palácios), uma diferenciação fortemente hierárquica da sociedade, um sistema já complexo de propriedade que incluía, entre outras formas, as propriedades dos palácios e dos templos. As comunidades aldeãs e, em regiões marginais, também as comunidades tribais, tomadas em si mesmas, eram o resíduo de um modo de produção cujas raízes mergulhavam no passado pré-histórico; mas constituíam, ao mesmo tempo, a base sobre a qual se desenvolvera o novo modo de produção; este só pôde surgir e se expandir explorando o modo de produção mais antigo, que foi subordinado, adaptado e utilizado de acordo com os novos interesses, mas sem perda de todas as suas características próprias.¹⁰

Para Zaccagnini, a articulação entre estruturas palatinas hegemônicas e estruturas aldeãs subordinadas — mas ainda reconhecíveis e com certo nível de autonomia local — é que constitui o “modo de produção asiático”, ou “tributário”, tal como existiu no antigo Oriente Próximo. Ele crê também que, nos grandes vales fluviais irrigados e urbanizados (Egito, Baixa Mesopotâmia), a forte centralização palatina levou, já no III milênio a.C., a um redimensionamento tão profundo das comunidades aldeãs, que elas perderam a maior parte de sua autonomia

¹⁰ LIVERANI, Mario. La struttura politica. In: MOSCATI, Sabatino, ed. *L'alba della civiltà*, v. 1, p. 277-414. V. “Bibliografia comentada”. Id. Il modo di produzione, *ibid.*, v. 2, p. 3-126.

e importância econômica — talvez tenhamos aí uma apreciação exagerada, como veremos. Nas regiões menos nucleares do antigo Oriente Próximo (Palestina, Síria, Ásia Menor, partes da Assíria), pelo contrário, o sistema de comunidades de aldeia teria sobrevivido com força, mantendo reconhecível seu caráter comunitário tradicional até pelo menos 1200 a.C., aproximadamente.¹¹

Como foi possível a transição de aldeias indiferenciadas à situação de desigualdade e domínio que se configurava já claramente desde o III milênio a.C.? Obviamente, o ponto de partida tem de ser um início de diferenciação funcional no seio das próprias comunidades aldeãs, tanto devido a fatores internos quanto por impactos externos (comércio intercomunitário ou de longo curso, guerra, influências diversas). Tal diferenciação, ao ocorrer, se cristaliza no plano do prestígio, do ganho e do poder decisório: certos “notáveis” saídos das famílias mais importantes passam a manipular de fato, por sua influência e formas materiais de pressão, as decisões do “conselho de anciãos” da aldeia. A origem primeira da diferenciação pôde decorrer do fato de que certas famílias, mais numerosas que outras, concentraram o controle de mais lotes de terra comunitária e mais cabeças de gado do que as demais; ou de que as famílias estabelecidas há mais tempo na aldeia tivessem privilégios negados às mais recentes; ou ainda do resultado da distribuição desigual de bens provenientes do comércio intercomunitário ou de longo curso. Seja como for, quem alcançasse posições vantajosas tentaria garanti-las para seus filhos. Com o tempo, estabelecia-se uma diferença entre os que trabalham e os que dirigem o trabalho alheio; entre os que decidem e os que executam; entre os que realizam trabalhos “comuns”

¹¹ ZACCAGNINI, Carlo. *Modo di produzione asiatico e Vicino Oriente antico. Dialoghi di Archeologia*. V. “Bibliografia comentada”.

(agrícolas) e “especializados” (de transformação, troca, administração).

Quando as mudanças desembocam plenamente na urbanização e na organização estatal, três setores sociais básicos são perceptíveis: 1. A imensa maioria da população dedica-se às atividades agropecuárias, consumindo diretamente parte do que produz e entregando o resto ao poder central; tal população não participa das decisões comuns. 2. Um grupo muito minoritário se ocupa com atividades artesanais, de troca, de administração, religiosas; é mantido pela redistribuição dos excedentes extraídos das aldeias, e não participa das decisões comuns. 3. Um grupo ínfimo organiza o trabalho das comunidades, pelas quais é sustentado, e decide por todos; este poder de decisão tende a personalizar-se, a ter como expoente uma só pessoa.

A ampliação do corpo social, que passa a englobar numerosas comunidades aldeãs, mais os núcleos urbanos, leva a uma coesão cada vez mais artificial e menos automática; se tal coesão na aldeia decorre de relações de parentesco e vizinhança e de decisões tomadas por representantes das famílias nas confederações tribais amplas e, mais ainda, num Estado, recorre-se à sanção divina do poder e da ordem social. O governante supremo passa a situar-se num plano diferente do que caracteriza o resto da sociedade: a sacralidade facilita a aceitação das decisões pela maioria não consultada. A contraparte dos excedentes recebidos das comunidades é de tipo administrativo, mas sobretudo ideológico: o rei, ou governante, é o garantidor da justiça — ordem cósmica aplicada a casos particulares — e da fertilidade da terra e dos rebanhos, utilizando-se, para tal, de meios sobrenaturais.

O palácio e o templo são impensáveis sem a aldeia, mas esta, ao inserir-se no interior de um sistema palatino,

sofre transformações: já não é a aldeia autônoma do Neolítico; assim, os dois níveis básicos da integração social são interdependentes. No entanto, as relações entre eles são de iniciativa exclusiva do nível superior, manifestando-se na taxação, no recrutamento militar, na repressão. Existe uma tensão, um hiato de interesses e mesmo de compreensão entre ambos os níveis, que a ideologia oficial tenta ocultar, difundindo a imagem de uma sociedade homogênea em que todos — do mais pobre camponês ao mais exaltado funcionário — são “servos” do monarca, que, por direito divino, é o senhor de suas vidas e o dispensador da abundância.

2

A Baixa Mesopotâmia

Introdução

A Mesopotâmia — vale fluvial do Eufrates e do Tigre — pode ser dividida em duas partes, respectivamente a noroeste e a sudeste do ponto em que os dois rios mais se aproximam um do outro: a Alta Mesopotâmia, mais montanhosa, e a Baixa Mesopotâmia, imediatamente ao norte do golfo Pérsico, região extremamente plana.

Enquanto o povoamento da Alta Mesopotâmia deu-se desde tempos pré-históricos muito antigos, a Baixa Mesopotâmia — potencialmente fértil, mas pouco adequada à agricultura primitiva de chuva — não parece ter sido ocupada em caráter permanente antes do V milênio a.C., durante a fase de Ubaid, talvez entre aproximadamente 5000 e 3500 a.C. — basicamente neolítica ou, mais exatamente, calcolítica, pois objetos de cobre já aparecem em pequeno número a partir de 4500 a.C. A fase arqueológica seguinte, a de Uruk (aproximadamente 3500-3100 a.C.), viu os primórdios da urbanização e da escrita, inovações que se consolidaram no Período Inicial do Bronze (3100-2100 a.C.), iniciado com a fase de Jemdet-Nasr (aproximi-

madamente 3100-2900 a.C.), considerada como a época da verdadeira revolução urbana.

O espaço de que dispomos neste livro não permite uma apresentação, mesmo sumária, das etapas por que desde então passou a história da Baixa Mesopotâmia. (Ver o quadro 1.) Pela mesma razão, não será possível fazermos justiça cabal às heterogeneidades regionais, por muito tempo típicas de uma civilização cuja unidade sociopolítica básica foi, primeiro, a cidade-Estado. A gravitação das numerosas cidades-Estados da Baixa Mesopotâmia não deixou de se fazer sentir mesmo quando, a partir de 2371 a.C., aproximadamente, tentativas de unificação imperial se sucederam, cada vez mais consistentes.¹

Do ponto de vista etnolinguístico, o povoamento da Baixa Mesopotâmia, no período histórico, esteve marcado por dois grupos iniciais: os *sumérios*, que se julgava terem migrado por mar para a região, mas arqueologicamente se vinculavam ao sudoeste do Irã (o Elam, ou Susiana), e falavam uma língua aglutinante; e os *acádios*, que falavam uma língua de flexão do grupo semita, e provavelmente vieram do oeste. O elemento sumério predominava ao sul (país de Sumer, ou Suméria) da Baixa Mesopotâmia, e o acádio, ao norte (país de Akkad, ou Acádia). A verdade, porém, é que, quando começamos a ter mais informações, em meados do III milênio a.C., esses grupos estavam já bastante mesclados. No milênio seguinte, a fusão se completou; predominaram, desde então, as línguas semitas: o acadiano, o babilônio dele derivado e, por fim, o aramaico. Com o tempo, o mapa etnolinguístico se complicou devido a sucessivas migrações — que às vezes desembocavam em invasões violentas — de nômades semi-

¹ Já no início do I milênio a.C. o imenso Império Assírio ainda era governado através da extensão das instituições típicas das cidades-Estados. (GARELLI, Paul. *L'assyriologie*. Paris, Presses Universitaires de France, 1964. p. 75.)

Quadro 1

CRONOLOGIA SUMÁRIA DA ANTIGA BAIXA MESOPOTÂMIA (ATÉ A CONQUISTA MACEDÔNICA)		
<i>Períodos</i>	<i>Fases da metalurgia (correspondência aproximada)</i>	<i>Datas aproximadas (a.C.)</i>
Jemdet-Nasr (revolução urbana) Protodinástico: época suméria arcaica, ou pré-sargônica Império de Akkad Domínio dos gútijs e início do renascimento sumério	Época Inicial do Bronze	3100-2900 2900-2371 2371-2230 2230-2112
III Dinastia de Ur Larsa e Isin Império Paleobabilônico	Época Média do Bronze	2112-2004 2004-1792 1792-1595
Saque de Babilônia pelos hititas e a Babilônia cassita	Época Tardia do Bronze	1595-1157
Divisão e enfraquecimento político; migrações dos arameus e dos caldeus Domínio assírio direto Império Neobabilônico Domínio persa	Época do Ferro	1157-731 731-626 626-539 539-331

Fontes: Baseamos-nos principalmente em FINEGAN, Jack. *Archaeological history of the ancient Middle East*. Boulder, Colorado, Westview Press, 1979; HALLO, William W. & SIMPSON, William K. *The ancient Near East*. New York, Harcourt Brace Jovanovich, 1971.

tas vindos do oeste através do deserto da Síria (*amorreus*, ou *amorrítas*, *araméus*, *caldeus*) e de montanhese do leste (*gútios*, *elamitas*, *cassitas*; estes últimos, provavelmente dirigidos por um reduzido grupo de língua indo-européia) ou do norte (os *assírios*, que representavam um velho povo da Alta Mesopotâmia, posteriormente semitizado).

As forças produtivas

Os grandes rios da Mesopotâmia têm uma cheia mais irregular do que a do Nilo em sua cronologia e incidência. As águas sobem, em princípio, entre março e maio, e baixam entre junho e setembro. A enchente se caracteriza por sua grande violência: o Eufrates e o Tigre, ao descerem velozmente, durante a cheia de zonas montanhosas, a uma região absolutamente plana, depositam enormes quantidades de aluviões — limo misturado com cal — e, embora a corrente se faça mais lenta na planície, como é natural, ainda é suficiente para causar muita destruição. Ora, quando as águas sobem, as plantações já foram semeadas há vários meses; a inundação poderia, em tais condições, destruir os campos cultivados e pôr a perder todo o trabalho. Isto torna imperativo um sistema de diques e barreiras de proteção, e ao mesmo tempo é preciso acumular água e cavar canais que irriguem os campos durante os meses de seca; em suma, é necessário um sistema completo de proteção e de regadio, de características perenes.

Dos rios, o Tigre, mais violento e cujo leito é baixo demais em relação às margens, é menos útil para a irrigação, enquanto o Eufrates sempre teve mais possibilidades de aproveitamento, já que corre acima do nível da planície. Os dois já mudaram de leito várias vezes. O

Eufrates, além disto, sempre correu por mais de um leito ao mesmo tempo: no III milênio a.C., o principal dos três canais naturais deste rio era o que passava pela cidade acadiana de Kish; o da cidade de Babilônia se tornou o mais importante no final do milênio seguinte. A mudança de curso dos rios significava igualmente uma transformação gradual dos assentamentos e das concentrações demográficas. Por outro lado, a planície não constitui uma zona integralmente fértil. No caso da Suméria, por exemplo, as cidades-Estados constituíam dois grupos principais, separados pelo deserto de Edin: a oeste, as cidades de Nippur, Shuruppak, Uruk, Ur e Eridu; a leste, além do deserto, as de Abad, Zabalam, Umma, Bad-Tibira e Lagash. O terreno cultivável formava, além do mais, manchas mais ou menos separadas entre si.

As condições ecológicas explicam que a agricultura de irrigação, ao impor trabalhos consideráveis — embora não necessariamente transcendam a esfera local, como veremos —, torna impossível uma organização individualista da agricultura. As obras de proteção e de irrigação exigiam, para serem construídas, limpas e conservadas, um esforço coletivo; e o seu uso devia ser regulamentado e disciplinado pela lei. A dependência para com os diques e instalações de irrigação era tão grande que há casos historicamente comprovados de reversão à vida nômade, devido à sua destruição local.

No caso do Eufrates, o trabalho em si de cortar a margem não apresenta dificuldades especiais, e com o sistema de diques de proteção, tanques, canais principais e regos, a cheia fertiliza o solo com seus aluviões, e pode-se ter água abundante durante o ano todo. O problema maior consiste em ser a região absolutamente plana, o que dificulta o escoamento do excesso de água, que se imobiliza em charcos e tende a impregnar a terra de sal e gesso. Tal problema, assinalado já em fontes do III

milênio a.C., não foi solucionado na Antiguidade; a drenagem insuficiente causou, freqüentemente, o abandono de amplas superfícies de terra, que antes haviam sido férteis.

Os canais, cortados nas margens altas, eram reforçados pelo acúmulo de aluvião, ao qual às vezes se somavam esteiras de junco. Muitos cursos naturais, correspondentes aos braços dos rios principais e aos tributários destes, foram regularizados e canalizados, mesmo porque também serviam para a navegação. O sistema de regadio acompanhava tradicionalmente o curso do sistema fluvial natural, e foi mudando para acompanhar seus freqüentes deslocamentos.

O enorme esforço gasto era compensado por um rendimento muito considerável. Sem que aceitem rendimentos de 200 e até 300 grãos colhidos para cada grão semeado, de que fala Heródoto (I, 193), os autores de hoje, baseando-se no testemunho menos espetacular dos próprios documentos mesopotâmicos, admitem variações de 8 a 103 grãos colhidos para cada grão semeado, caindo depois de 2000 a.C. para a média de 30 por um. Seja como for, trata-se de rendimentos importantes, além de que, com freqüência, era possível obter duas colheitas anuais. Isto sem dúvida explica a grande concentração demográfica e a forte urbanização da Baixa Mesopotâmia, embora as estimativas tentadas variem muito. Para o final do III milênio a.C. e início do seguinte, L. Woolley calculou, para a cidade de Ur, uma população de 360 000 habitantes. Outros autores acham, com maior verossimilhança, que a população das cidades sumérias variava de 10 000 a 50 000 habitantes, aproximadamente, e que Ur — a maior delas — poderia ter uns 200 000 habitantes. Tais cálculos são frágeis, mas há dados indiretos que permitem comprovar o caráter de “formigueiro humano” que

apresentavam na Antiguidade os 30 000 km² de terras cultiváveis da Baixa Mesopotâmia.

Em que medida pode-se aceitar, para a região em estudo, uma “hipótese causal hidráulica”, como a que foi discutida no primeiro capítulo? Bem antes dos textos mais conhecidos de Wittfogel e seus seguidores, tal hipótese era já muito popular na primeira metade deste século, como podemos comprovar em obras como as do arqueólogo australiano Childe e do historiador francês A. Moret. Mais recentemente, Saggs afirmava, em tom peremptório, que

*a reunião de comunidades no sul, formando cidades, foi quase certamente ditada pelos rios: para controlá-los e utilizá-los em forma efetiva precisava-se da cooperação numa escala maior do que a que pequenas aldeias isoladas e primitivas poderiam prover.*²

No entanto, a tendência dominante tem sido, cada vez mais, a que predomine a opinião que vê na “hipótese causal hidráulica” uma simplificação abusiva de processos multicausais e complexos. Entre os que assim pensam, a opinião de R. M. Adams é uma das que têm maior peso, já que ele é um dos poucos arqueólogos que levaram a cabo escavações relativas aos sistemas mesopotâmicos de irrigação. Ele mostrou que os padrões básicos de assentamento seguiam de perto os cursos dos principais rios, caracterizando-se por sistemas locais de irrigação em pequena escala, desde aproximadamente 4000 a.C. Tal situação continuou a predominar mais tarde, apesar das consideráveis obras hidráulicas levadas a cabo pelos governantes a partir de meados do III milênio a.C., obras que, seja como for, só foram iniciadas muito posteriormente à

² SAGGS, H. W. F. *The greatness that was Babylon*. New York, The New American Library, 1968. p. 41.

urbanização e ao surgimento da civilização, o que desmente a “hipótese causal hidráulica”.³

Como explicar, então, o desenvolvimento das cidades-Estados sumérias? Embora este seja um tema mal conhecido — porque não o iluminam os textos decifráveis, já que, quando começam, o processo de urbanização já terminou —, é provável que a explicação tenha de ser multicausal e complexa, incluindo fatores como a própria irrigação — ligada à multiplicação dos excedentes agrícolas e ao crescimento demográfico, sem os quais as cidades não poderiam ter surgido —, mas em conjunto com outros: religiosos, políticos, militares, populacionais etc.

Os milênios IV e III a.C. viram constituir-se o sistema tecnológico básico da Mesopotâmia da Época do Bronze e, no conjunto, dão a impressão de um dinamismo maior das forças produtivas do que, por exemplo, o que se vê no Egito da mesma época. O arado de madeira mesopotâmico, acoplado a um dispositivo por onde entravam os grãos, permitia arar e semear ao mesmo tempo. A transição do cobre ao bronze se fez muito mais rapidamente do que no Egito, já no período protodinástico, e embora o metal fosse caro — já que os minérios tinham de ser integralmente importados —, seu uso para fins produtivos difundiu-se mais do que no Egito na Época do Bronze. O instrumento para elevação de água baseado no princípio do contrapeso, conhecido pelos egípcios de hoje como *shaduf*, aparece representado na Mesopotâmia por volta de 2000 a.C. e, no Egito, só uns seiscentos anos mais tarde.

Mas convém não exagerar: o instrumental agrícola era, no conjunto, bastante rudimentar. O metal só substi-

³ Ver o artigo de Adams incluído na nota 5 do primeiro capítulo, o qual aborda não somente o caso da Baixa Mesopotâmia, mas também o do Egito e os do Peru e Meso-América pré-colombianos.

uiu de todo a madeira e a pedra ao difundir-se o ferro, a partir de fins do II milênio a.C. Enxadas, picaretas e machados eram de cobre e depois de bronze. Mas o arado foi, durante muitos séculos, feito de madeira, bem como a foice — na qual se inseriam pedras cortantes de sílex — e o trenó usado para separar o grão da palha — prancha sob a qual se fixavam pedras pontudas. Como os instrumentos de bronze não permitiam tosquiavar as ovelhas, antes da Idade do Ferro a lã tinha de ser arrancada.

Um documento de aproximadamente 1700 a.C., que os especialistas chamaram de “almanaque do lavrador”, descreve os trabalhos agrícolas, que começavam logo depois das chuvaradas de outubro-novembro. Tal texto menciona a necessidade de controlar a altura da água antes de começar a preparar a terra. Previamente ao uso do arado, o terreno era trabalhado com picaretas, para torná-lo fofo; se necessário, os torrões eram quebrados com um malho. O arado, puxado por bois, abria sulcos separados por aproximadamente um metro, para evitar o esgotamento do solo. Cem litros de sementes bastavam para semear 20 000 m² — contra 5 000 m² atualmente. Depois da sementeira, os sulcos eram limpos; as sementes deviam ser protegidas contra insetos e pássaros, e regadas em quatro ocasiões. A colheita — de abril a junho ou julho — era realizada pela sega com a foice; as espigas eram cortadas curtas, e os caules do cereal, queimados. É interessante notar que, segundo o “almanaque do lavrador”, as diferentes operações do ciclo agrário acompanhavam-se de rezas a diversas divindades.

Tanto na agricultura quanto no artesanato, a produtividade do trabalho parece ter sido baixa, o que era compensado mediante o uso maciço de trabalhadores. Três mulheres deviam trabalhar oito dias, por exemplo, para fiar e tecer um pano de 3,5 × 4 m. A divisão técnica

do trabalho artesanal e agrícola teve pouco desenvolvimento, predominando a cooperação simples, onde todos os trabalhadores realizam as mesmas operações.

Na economia da Baixa Mesopotâmia, as fomes e crises de subsistência eram freqüentes, causadas pela irregularidade da cheia, como também pela guerra, que destruía as instalações de irrigação ou as colheitas. Uma dessas crises acompanhou a queda do Império de Ur, em 2004 a.C. Outro período de crises econômicas relativamente bem conhecidas ocorreu nas cidades de Eshnunna, Ur e Larsa, pouco antes da expansão imperial de Hamurapi, no século XVIII a.C.; mas não se deu então a mesma coisa em Mari e Babilônia. A economia continuava não-unificada e os transportes eram lentos. Quando a guerra ou a incidência de calamidades naturais afetavam o equilíbrio instável inerente a forças produtivas — apesar de tudo insuficientes ou precárias —, numa sociedade marcada por extremas desigualdades, o resultado era o endividamento e o aumento do sofrimento dos agricultores mais pobres e do povo em geral.

Descrição das principais atividades econômicas

A agricultura intensiva era a base da vida econômica e da urbanização. Os textos sumérios anteriores ao Império de Akkad permitem conhecer com algum detalhe as atividades agrícolas desde meados do III milênio a.C. O cereal mais cultivado era a cevada, usada como alimento humano e do gado, e como matéria-prima para fabricação de cerveja. Diversos tipos de trigo eram também plantados, além do sésamo (gergelim), do qual se extraía o azeite para alimentação e iluminação. Os textos mencionam igualmente legumes, raízes, pomares de árvores frutíferas,

e mesmo árvores plantadas para obtenção de madeira, muito escassa na região. O cultivo da tamareira — da qual se aproveitavam os frutos, fibras e madeira ordinária — exigia o uso da polinização artificial.

Desde o Neolítico, a agricultura se associava à pecuária: criavam-se ovinos, caprinos, suínos, bovinos e muare. O gado bovino era usado como animal de tiro para o arado e para os carros — estes também podiam ser puxados por asnos; o cavalo só se difundiu no II milênio a.C. —, além de fornecer carne, um alimento de luxo, e leite. A lã das ovelhas era a matéria-prima básica para a produção têxtil, embora também se conhecesse o linho e, bem mais tarde, o algodão. O asno era o meio de transporte terrestre mais importante. Sabe-se que os rebanhos eram muito numerosos desde o III milênio a.C., e que às vezes eram importados animais de boa raça para aprimoramento das espécies criadas.

Há prova documental da importância persistente da pesca (no golfo Pérsico, nos pântanos costeiros, rios e canais), que empregava um pequeno barco feito de molhos de junco trançado, anzol e rede. A caça, atividade complementar, era bem menos vital.

Praticava-se a coleta em terras pantanosas, especialmente para obtenção do junco, que, além de ser usado em cestas, barcos, cordas e cabos de ferramentas, constituía o material de construção, por excelência, de cabanas rurais. A argila era também matéria-prima essencial, usada na fabricação de cerâmica, tijolos.

Existiam numerosas especializações artesanais. Os textos e algum material iconográfico — muito menos rico do que o egípcio — permitem-nos conhecer a produção de cerveja, vasilhas (de argila, sobretudo, mas também de pedra, madeira e vidro), tijolos — secos ao sol ou cozidos no forno —, que eram a base de todas as cons-

truções, objetos de metal, têxteis, objetos de couro (sandálias, roupa, equipamento militar, odres, sacos, guarnições de carros, certas embarcações), artigos de madeira etc. Os textos da III Dinastia de Ur, por exemplo, mencionam escultores, ourives, cortadores de pedra, carpinteiros, forjadores de metais, curtidores, alfaiates, calafates. Havia grandes oficinas pertencentes aos templos e palácios; assim, no final do III milênio a.C., em três localidades próximas à cidade de Lagash trabalhavam 6 400 artesãos têxteis em oficinas estatais. Mas também existiam oficinas familiares, e nas cidades os artesãos se agrupavam em ruas especiais. O desenvolvimento da produção era dificultado pela escassez de combustíveis, matérias-primas, metal para as ferramentas, cujo abastecimento dependia quase totalmente da importação. Mesmo assim, certas unidades de produção empregavam muita mão-de-obra, especialmente os moinhos e as manufaturas têxteis.

O comércio local e o entre as cidades da Baixa Mesopotâmia, utilizando a navegação nos rios e canais para o transporte, implicavam poucos riscos, mas a concorrência era grande. Muito mais importante foi o comércio de longo curso. Já aproximadamente em 4000 a.C., a obsidiana e o sílex eram importados do leste, e o asfalto, do curso médio do Eufrates. Na fase de Jemdet-Nasr, alguns textos já mencionam um “chefe dos agentes comerciais” entre os funcionários das cidades-Estados. É que a Baixa Mesopotâmia só conta com pouca madeira, de má qualidade, faltando-lhe de todo pedra e metais. Até as grandes mós de pedra dos moinhos tinham de ser incomodamente importadas. Assim, excedentes agrícolas e produtos manufaturados (especialmente têxteis de lã) foram desde cedo mobilizados para serem trocados no exterior por matérias-primas (madeira, cobre, estanho, pedras duras) e por artigos de luxo (ouro, prata, lápis-lazúli, tecidos estrangeiros etc.).

A principal rota terrestre para o norte e o oeste, percorrida por caravanas de asnos, ganhava a Ásia Menor através da Assíria, que ficava na parte leste da Alta Mesopotâmia. Por mar, havia contatos freqüentes com Dilmun — atual Bahrein —, com outros pontos da Arábia e, indiretamente, com a Índia. Os comerciantes mesopotâmicos mantinham uma rede de agentes e correspondentes ao longo das rotas comerciais. Apesar de riscos consideráveis, desde que deixou de ser monopólio exclusivo dos palácios e templos, o comércio de longo curso passou a permitir considerável acumulação privada de riquezas — mesmo porque se associava à compra de terras e escravos e ao empréstimo a juros. A economia era protomonetária: não houve moeda cunhada antes do domínio persa, mas a cevada e os metais (prata e cobre, sobretudo) funcionavam como padrão de valor e unidade de conta nas transações. No comércio exterior o pagamento podia ser feito com lingotes de metal.

Em certas ocasiões falhava o abastecimento de matérias-primas importadas, afetando as atividades de transformação. Na época do apogeu do Império de Akkad, por exemplo (século XXIV a.C.), houve uma reversão passageira do bronze ao cobre, aparentemente porque faltou o estanho.

Propriedade e relações de produção: interpretação das estruturas econômico- -sociais

Escreveu certa vez o arqueólogo Petrie:

A idéia de propriedade não é absolutamente uma abstração simples; é de fato tão complexa em suas variadas naturezas que se trata de uma generalização que não podemos esperar encontrar em uma sociedade arcaica. Existem várias

modalidades de propriedade, tão diferentes entre si que, para a maneira concreta de perceber, nada têm em comum. Existe o lote de terra tribal, ocupado unicamente em usufruto e usado só como um meio de trabalho. Existe a arma ganha ao inimigo, ou o saque de assentamentos, que é o prêmio da bravura. Existe a porção de manteiga feita pela dona-de-casa, e que será consumida. Existe o chifre esculpido, que serve para beber, produto de um artesanato individual, guardado como herança de família. Estas diferentes modalidades de coisas não são percebidas como similares em sua origem, na natureza da posse sobre elas, ou em sua finalidade. Generalizá-las todas como propriedade não é, absolutamente, algo óbvio.⁴

Embora Petrie não estivesse pensando, aqui, numa sociedade como a da Mesopotâmia e, sim, numa cultura como a dos celtas da fase pré-romana, esta passagem serve para alertar-nos sobre um ponto importante: quando empregamos o termo *propriedade*, muitas vezes lhe associamos, automática e implicitamente, uma noção unificada e absoluta de propriedade, típica da tradição ocidental que remonta ao Direito Romano. Ora, tal noção, não sendo adequada nem pertinente ao se tratar do antigo Oriente Próximo, pode conduzir a becos sem saída e a falsas percepções.

Nas terras pertencentes aos templos sumérios do III milênio a.C., por exemplo, havia extensões consideráveis cuja renda era revertida ao rei e a membros da família real. Seriam, por tal razão, “propriedade” do rei e de seus familiares? Um sumério não veria assim as coisas, nem sentiria necessidade de fazer tal pergunta. Mas, se a renda dessas terras, sistematicamente, não ia para os templos, que significa dizer que tais terras pertenciam a

⁴ PETRIE, William M. F. *Some sources of human history*. London, Society for Promoting Christian Knowledge, 1922. p. 105-6.

eles? Outrossim, o rei e a família real dispunham também de terras próprias: uma parte do rendimento delas derivado podia, no entanto, destinar-se a financiar despesas dos templos, como ocorria no período da III Dinastia de Ur.

Vejamos outro exemplo:

Na antiga Baixa Mesopotâmia havia seres humanos que chamamos de escravos, pois pertenciam a pessoas que podiam vendê-los, legá-los ou alugá-los, bem como castigá-los fisicamente, marcá-los com signos de propriedade e fazê-los trabalhar. Com algumas exceções — sob a III Dinastia de Ur, por exemplo, os prisioneiros de guerra escravizados (*namra*) careciam de *status* jurídico —, tais escravos, porém, podiam casar-se com pessoas livres, ter bens, intentar ações em justiça; e pagavam impostos. De certa forma eram “propriedade” de seus donos, mas certamente não no mesmo sentido e extensão em que o eram os escravos no mundo greco-romano clássico.

Poderíamos dar outros exemplos, mas é importante que fique registrada apenas a seguinte advertência: o uso de termos comuns não garante, ao se tratar de sociedades tão diferentes da nossa, que o seu significado permaneça necessariamente o mesmo.

O III milênio a.C.

O pólo “palatino” da sociedade histórica da Baixa Mesopotâmia, ou seja, uma classe dominante mais ou menos confundida com o aparelho de Estado, já havia surgido claramente na passagem do IV para o III milênio a.C. — fase de Jemdet-Nasr; então aparecem, nos documentos, funcionários como o chefe da cidade-Estado, que era também sumo sacerdote (*en*), o chefe dos agentes comerciais, a grande sacerdotisa, e outros. A partir de meados do III milênio começamos a perceber outros ele-

mentos da organização estatal: o sistema de tributos *in natura* e “corvéias” — trabalhos forçados, por tempo limitado, para obras públicas, serviços para o grupo dirigente e serviço militar — imposto à população, e destacamentos militares recrutados entre os dependentes do templo, o que permitia a existência de um núcleo de força policial e militar independente da milícia camponesa convocada em época de guerra.

Nas cidades-Estados da Baixa Mesopotâmia, no pólo dominante estatal, o setor dos *templos* por muito tempo predominou sobre o do *palácio*, aparentemente mais tardio, mas ambos eram ligados entre si; a tendência ao longo do III milênio a.C. foi à ascensão dos “chefes” (*en, ensi*), que em certos casos assumiram o título de “rei” (*lugal*) e, por fim, no período de Akkad, declararam-se de caráter divino, em detrimento dos templos: o aparelho militar sob comando real se ampliou, independentemente das milícias dos templos, e as terras reais tornaram-se gradualmente mais extensas do que as dos santuários.

Até 1950, aproximadamente, foi popular entre os especialistas a tese da “economia-templo”, ou “cidade-templo”, suméria: os templos, acreditava-se, possuíam toda a terra cultivada. Foi Diakonoff que demonstrou ser falsa tal opinião. Os templos talvez ocupassem, em meados do III milênio a.C., a metade do solo arável; o resto dividia-se em terras do palácio e terras comunais — de famílias extensas e de comunidades aldeãs. A pesquisa posterior obriga a acrescentar um quarto elemento: a propriedade privada incipiente, que aparece em documentação publicada por D. O. Edzard e pode também ser deduzida do fato, iluminado pelo próprio Diakonoff, de se darem vendas de terra comunal a indivíduos que nem sempre representavam o Estado.

Devemos, então, imaginar o funcionamento da economia baixo-mesopotâmica a partir de duas estruturas básicas,

que correspondem ao que Liverani chama de “modo de produção palatino” e “modo de produção doméstico”, ou “aldeão”: 1. Os complexos econômicos organizados em cada cidade-Estado à volta dos templos e do palácio real, além de concentrarem os resultados dos impostos e corvéias que a maioria da população devia — redistribuídos aos dependentes em forma de rações —, controlavam terras próprias dotadas de sistemas de irrigação. 2. Por outro lado, as comunidades familiares, ou aldeãs, possuindo a terra coletivamente, utilizavam o esforço comunal para organizarem a irrigação, para a ajuda mútua, para se defenderem dos efeitos da usura — em anos de más colheitas era preciso pedir grãos emprestados, que nem sempre podiam pagar —, para a prestação de corvéias e o pagamento dos impostos. Tanto a nível de cada aldeia quanto da própria cidade, existia um “conselho de anciãos” e uma “assembléia” como órgãos administrativos e para dirimir disputas, de clara derivação comunal e tribal.⁵ Ao lado das duas estruturas polares da sociedade, a propriedade privada aparecia como algo ainda pouco importante; pode mesmo ter desaparecido momentaneamente durante o período estatizante da III Dinastia de Ur, como pretendem alguns autores.

Ignoramos o detalhe da organização econômica do complexo palacial, que segundo parece se baseou na dos templos. A organização destes nos é conhecida sobretudo por um exemplo, o do santuário da deusa Baba — o segundo em importância da cidade de Lagash, que tinha uma vintena de templos —, possuidor de 4 465 hectares de terra, nos quais trabalhavam 1 200 indivíduos, sob a supervisão de um sacerdote administrador, um intendente, um inspetor e grande número de capatazes e escribas. As

⁵ JACOBSEN, Thorkild. Primitive democracy in ancient Mesopotamia. *Journal of Near Eastern Studies*, Chicago, 2, 1943. p. 159-72.

suas terras se dividiam em três blocos principais: uma quarta parte era cultivada diretamente para o templo, através de alguma mão-de-obra escrava, mas sobretudo do trabalho de dependentes juridicamente livres; o resto dividia-se em “terras de labor”, dadas em arrendamento por 1/7 ou 1/8 da colheita, e “campos de subsistência”, em que pequenas parcelas eram distribuídas aos agricultores, artesãos, guardas, pescadores, escribas, serviços etc., que também recebiam rações.

Os templos devem ser imaginados como enormes complexos, com terras, reservas de pesca, rebanhos, oficinas artesanais e uma participação direta e talvez predominante no comércio de longo curso e nos empréstimos usurários de prata e cereal. Os trabalhadores dependentes parecem ter tido origens variadas: refugiados estrangeiros transformados em “clientes” dos templos, membros de famílias e comunidades arruinadas pela usura. Quanto à escravidão, predominantemente feminina nesta época, era importante na tecelagem, nos moinhos, no serviço doméstico, mais do que na agricultura.

No período fortemente estatizante da III Dinastia de Ur, os lavradores dependentes (*gurush*), agora na sua imensa maioria instalados em terras estatais, já não recebiam lotes de subsistência e, sim, somente rações: trabalhavam em tempo integral para o Estado, e suas rações, ao que parece, eram pequenas demais para que pudessem constituir família. Este sistema foi abandonado no milênio seguinte.⁶ Também a produção artesanal tornou-se, na época, estatal na sua maioria, e os artesãos eram muito vigiados.

Como a escrita era usada sobretudo na administração dos templos e palácios, as comunidades aldeãs são mal

⁶ GELB, I. J. The ancient Mesopotamian ration system. *Journal of Near Eastern Studies*, Chicago, 24, 1965. p. 230-43.

conhecidas. Tais comunidades somente aparecem em alguma documentação, sobretudo em contratos de venda de porções de terra comunal em que os vendedores são vários — representando grupos de parentes e recebendo porções desiguais do pagamento em cobre e de “presentes” *in natura* —, e o comprador um só: o rei, um comerciante agiota, um funcionário. Interpreta-se, portanto, este tipo de contrato como significando a venda de terra comunitária, sob coação política — o rei acadiano Manishtusu, por exemplo, comprou, “à força”, grande extensão de terreno de comunidades, para distribuí-la em usufruto a dependentes seus — ou como resultado da usura.

Os comerciantes (*damgar*) eram funcionários a serviço do palácio e dos templos, dos quais recebiam os produtos para serem trocados no exterior. No entanto, também faziam negócios por conta própria; certos funcionários aparecem, igualmente, comprando terras e realizando empreendimentos próprios, às vezes financiados por empréstimos dos templos, mesmo no período estatizante de fins do III milênio a.C.

O II milênio a.C.

Os historiadores estão de acordo em perceber três tipos de propriedade sobre a terra na primeira metade do II milênio a.C.: 1. As extensas terras reais. 2. Os domínios dos templos, muito menos importantes do que no período sumero-acadiano. 3. As propriedades privadas, geralmente pequenas, mas numerosas; segundo alguns, predominantes em termos de área total, afirmação difícil de ser provada. Um quarto setor é objeto de divergências: Diakonoff crê que as comunidades se mantivessem como proprietárias de terras coletivas ainda neste período, enquanto Komończy acha que elas continuavam sendo órgãos adminis-

trativos e judiciais, mas haviam perdido toda a importância econômica nas áreas mais dinâmicas, conservando-se por algum tempo a propriedade comunal sobre certas terras, unicamente em regiões mais atrasadas, periféricas.⁷

Há muitos indícios de um desenvolvimento da propriedade e das atividades privadas nesta época, e não somente no setor rural. Os *tamkaru* (mercadores) formavam, em Babilônia, uma corporação subordinada ao Estado, e faziam negócios a mando do governo. Mas também negociavam em proveito próprio, aproveitando-se da ampla rede de agentes que mantinham dentro e fora da Mesopotâmia; praticavam, ainda, o empréstimo a juros, formavam sociedades mercantis, compravam terras e escravos. Um dos sinais de que tais atividades tinham importância considerável é o desenvolvimento do direito privado, que se expressa na atividade legislativa dos reis, em especial de Hammurapi (1792-1750 a.C.), fundador do Império Paleobabilônico. Outro sinal é a frequência com que, a prazos irregulares e sem aviso prévio — para não interromper as atividades de crédito —, os reis decretavam o *misharum* (“justiça”), edito que anulava as dívidas e a escravidão por dívidas, o que era uma forma de proteger a pequena propriedade privada da terra, a qual devia, portanto, desempenhar um papel importante.

Nas terras reais encontramos três setores: 1. A parte administrada diretamente pelo palácio, trabalhada por lavradores dependentes e pessoas que cumpriam a “corvéia real”. 2. Lotes arrendados, ou confiados a colonos — aos quais o rei adiantava os animais de tiro —, contra uma

⁷ DIAKONOFF, I. M. Main features of the economy in the monarchies of ancient Western Asia. In: CONFÉRENCE INTERNATIONALE D'HISTOIRE ECONOMIQUE. V. “Bibliografia comentada”; KOMORÓCZY, G. Landed property in ancient Mesopotamia and the theory of the so-called Asiatic mode of production. *Oikumene*. V. “Bibliografia comentada”.

renda *in natura*. 3. Porções (*ilku*) concedidas em usufruto a soldados e funcionários em troca de serviço; eram inalienáveis mas transmissíveis por herança. Embora a escravidão continuasse existindo, alimentada pela guerra, pelo tráfico, por condenações judiciais e pelo não-pagamento de dívidas — neste último caso foi limitada, por Hammurapi, a uma duração de três anos —, os escravos eram raramente empregados no trabalho agrícola, mas com maior frequência, nas oficinas artesanais e no serviço doméstico. A mão-de-obra agrícola compreendia lavradores dependentes (*ishshakku*) e também assalariados alugados por dia, em especial para a colheita, tanto nas terras do rei quanto nas de particulares.

A sociedade dividia-se em três categorias jurídicas: *awilum*, o homem livre que gozava da plenitude dos direitos; *mushkenum*, o homem livre de *status* inferior — talvez uma categoria de dependentes do palácio, e por este tutelados e protegidos; *wardum*, o escravo. Os direitos, deveres e privilégios desses grupos variavam de acordo com a sua categoria. Embora as menções aos *mushkenum* tenham começado ainda no III milênio a.C., sua origem não é clara, e a documentação disponível não permite que se dê razão em forma decisiva a alguma das numerosas teorias existentes a respeito.

O período paleobabilônico viu sem dúvida um desenvolvimento das transações mercantis e creditícias, mesmo na ausência de moeda cunhada, e um incremento da divisão social do trabalho. Alguns acham que isto teria abalado as estruturas comunitárias das aldeias, mas tal coisa é duvidosa. Há indícios, outrossim, de uma grande heterogeneidade regional na Baixa Mesopotâmia, que exemplificaremos. Uma pesquisa baseada em 1 600 documentos, que permitiram conhecer as atividades de cerca de 20 000 pessoas, mostrou, na cidade de Sippar, entre 1894 e 1595 a.C., a existência de muitas famílias ricas

sem conexões com os templos e o governo real, dedicadas à agricultura e ao comércio exterior, sendo que os ganhos comerciais eram investidos na compra de terras e na importação de escravos. Mesmo o rei de Babilônia vendeu terrenos rurais a pessoas de Sippar, que eram, em parte, arrendados. Eshnunna apresentava características similares às de Sippar, e Ur — centro da importação do cobre — estava, pelo contrário, sob estreito controle estatal e mostrava menor pujança da iniciativa privada.

O período seguinte — a segunda metade do II milênio a.C., ou período cassita da Babilônia — é mal conhecido. Ao chegarem à Mesopotâmia, imigrações de povos ainda tribais (os cassitas, os arameus e, já no início do I milênio a.C., os caldeus) revitalizaram as estruturas comunitárias. Por outro lado, a interrupção dos editos do tipo *misharum* significou o abandono da proteção aos pequenos proprietários endividados, disto resultando a concentração da propriedade do solo. Os santuários viram-se novamente com a atribuição de muitas terras, mas sob estreito controle real. Os reis cassitas doaram extensos apanágios a seus parentes, a chefes militares e a funcionários do palácio, isentando-os de corvéias e impostos, como sabemos por monumentos inscritos de pedra (*kudurru*). A diferenciação sociojurídica entre os *awilu* e os *mushkenu* continuou em vigor, prolongando-se até o milênio seguinte.

O I milênio a.C.

A Baixa Mesopotâmia — sob domínio às vezes somente nominal de Babilônia — estava, na primeira parte do I milênio a.C., inicialmente sob a influência indireta dos assírios e, depois, sob seu governo. Babilônia, Sippar, Nippur, Uruk faziam parte, porém, de um grupo de cidades privilegiadas, centros agrícolas e manufatureiros —

no caso de Babilônia, “cidade santa” —, em cujas estruturas internas os dominadores do norte pouco intervieram. Os assírios favoreceram os templos com muitas doações, mantendo-os, porém, sob controle estatal. As comunidades aldeãs foram reformuladas: as famílias camponesas — em muitas regiões do império vindas de outras plagas, segundo o sistema assírio de deportações de populações inteiras — deviam entregar certas taxas *in natura* ao governador provincial, enquanto a aldeia, em bloco, devia outras taxas ao rei. Esta reorganização rural assíria afetou poucas regiões na Baixa Mesopotâmia, onde muitas das cidades gozavam de privilégios fiscais e conservavam suas próprias leis e instituições, incluindo as assembléias e conselhos de anciãos (aldeões e urbanos), de tradição muitas vezes milenar. Embora as numerosas guerras do período tenham intensificado a escravidão, esta continuou constituindo um aspecto secundário das relações de produção.

Ao domínio assírio sucedeu-se o Império Neobabilônico (626-539 a.C.). Nesta fase — a última da história independente de Babilônia —, os templos tiveram outra vez um papel fundamental na economia. Um único templo (o Eanna, de Uruk) possuía, em meados do século VI a.C., 20 650 hectares de terra *conhecidos*, que eram, como se sabe, só uma parte de um conjunto ainda mais vasto. No entanto, o dízimo real atingia todas as terras, inclusive as dos templos, e a ingerência do Estado na economia dos santuários foi causa de forte oposição sacerdotal ao rei Nabonido. As propriedades do palácio, menos conhecidas, eram também importantes.

Os domínios dos templos eram em grande proporção arrendados a pequenos parceiros, que entregavam parte da colheita (*erreshu*), ou a pessoas de posses (os arrendatários *ikkaru*), que arrendavam grandes extensões de terra por períodos longos, para explorá-las mediante trabalhadores (*sabé*); estes podiam ser livres ou escravos,

os quais se alugavam coletivamente: formavam “tropas” errantes em busca de trabalho. As terras administradas pelo próprio templo eram cultivadas por agricultores dependentes, que, tal como os pastores e os artesãos do santuário, recebiam alimentos, roupas e prata em troca de trabalho. A renda de certas terras era dada em prebenda a trabalhadores graduados e dignitários do templo, correspondendo a dias de serviço, e os titulares podiam negociar com ela.

A importância social dos complexos dos santuários era tanta que se pode falar de uma espécie de “sociedade dos templos”, muito estratificada, dentro da sociedade babilônica global. Esta “sociedade dos templos” (*shirkatu*) estava constituída por indivíduos que haviam sido consagrados à divindade por seus pais ou outras pessoas, formando uma hierarquia que ia desde grandes personagens — possuidores de terras e escravos, e que participavam do grande comércio — até agricultores, pastores e artesãos dependentes.

Nota-se a ligação dos templos com a sociedade global no fato de que o grupo de “notáveis” (os *mar bani*), que ocupava o topo da sociedade mesopotâmica, exercia prebendas nos templos e era formado por “anciãos” dos conselhos ou tribunais que funcionavam no interior dos santuários.

É possível que as grandes oficinas artesanais e o intenso comércio exterior tenham sido majoritariamente controlados pelos templos. Mas os comerciantes *tamkaru* continuavam ativos, ligados ao palácio: o principal *tamkarum* do rei Nabucodonosor tinha nome fenício, e sabemos que as cidades de Tiro e Sidon ocupavam lugar privilegiado no comércio do Império Neobabilônico. Havia verdadeiras firmas privadas, como os Egibi, de Babilônia, e os Murashu, de Nippur, que investiam no comércio,

possuíam terras — que em parte arrendavam — e atuavam como bancos.

No período persa não houve grandes mudanças estruturais, mas com a introdução da moeda cunhada deu-se, ao que parece, um empobrecimento ainda maior dos camponeses de menos recursos.

Apesar do grande desenvolvimento da propriedade privada, da economia mercantil e da escravidão, concordamos com Adams quando afirma o seguinte a respeito das comunidades aldeãs:

(...) o papel das comunidades corporativas na agricultura mesopotâmica permaneceu substancial não apenas durante o II milênio, mas até muito mais tarde. Seu número e influência sobre o curso dos acontecimentos seguramente foram sujeitos a flutuações, mas enquanto tais comunidades são fracas, individualmente, coletivamente parecem quase indestrutíveis. Em suma, elas eram regularmente minadas e continuamente geradas de novo por um contexto mais amplo de incerteza ecológica, de pressões no sentido de sua subordinação ao crédito e ao poder urbanos, de resistência a tais pressões, e de cristalização e decadência alternadas dos controles políticos e administrativos impostos por dinastias sucessivas.⁸

Este fato pode ser ocultado por uma documentação de origem maciçamente urbana e não-rural, e pela insistência dos poderes constituídos só nas formas legais de propriedade, deixando na sombra — por não mencioná-las — as modalidades informais e consuetudinárias de acesso ao solo e à água, que nem por isso cessavam de existir e de ter grande peso nas zonas rurais.

⁸ ADAMS, Robert M. Property rights and functional tenure in Mesopotamian rural communities. In: — et al. *Societies and languages of the ancient Near East*, p. 11. V. “Bibliografia comentada”.

O Egito faraônico

Introdução

Como área de assentamento permanente, o antigo Egito é sinônimo das terras imediatamente atinentes ao curso do rio Nilo: do Mediterrâneo, ao norte, até a atual Assuan, ao sul, onde começava a Núbia. Rio perene, em zona desértica, o Nilo era a garantia da vida num país onde a agricultura de chuva representava uma impossibilidade. Por razões que tanto a História quanto a Geografia justificam, é usual a distinção entre o Baixo Egito, que compreende o delta do Nilo e uma pequena porção do vale fluvial imediatamente ao sul, e o Alto Egito, integrado pela porção do vale do Nilo, ao sul do atual Cairo e ao norte de Assuan.

Era corrente, entre os egiptólogos mais antigos, acreditar numa espécie de “prioridade” do delta em matéria de povoamento e civilização, quando comparado ao vale que, no entanto, foi a região de onde partiu a unificação do reino — mesmo se este continuou sendo visto como um país duplo: o faraó, ou monarca egípcio, era “rei do Alto e Baixo Egito”, ou “senhor das duas terras”. Atual-

mente, a tendência é inversa: estudos unindo a paleoecologia com métodos arqueológicos e históricos mostraram que o vale, no período chamado Pré-Dinástico — que antecede o processo de unificação completado por volta de 3000 a.C. —, era mais densamente povoado que o delta. Este último manteve-se como zona de colonização agrícola ao longo de boa parte da história faraônica, e quiçá só por volta de fins do II milênio a.C. sua população tenha se igualado à do sul em números absolutos, conservando-se ainda inferior em densidade.

O Egito foi povoado desde tempos pré-históricos muito remotos, mas é provável que o fator decisivo na formação do país como o conhecemos na fase histórica tenha sido a constituição da ecologia atual da região, com o vale do Nilo apertado entre colinas que o separam do deserto Líbico, a oeste, e do deserto Árábico, a leste. No passado, a agricultura e a criação de gado foram possíveis numa faixa de vários quilômetros de cada lado do curso do Nilo, e igualmente em vales tributários, hoje secos. Porém, por volta de 3300-3000 a.C., isto é, no final do Pré-Dinástico e na fase da unificação, uma forte queda da pluviosidade, ligada à desertificação agora completa do norte da África, tornou impossível a vida agrícola fora do vale do Nilo. Isto estimulou o início, ainda tímido, da irrigação artificial.

A língua egípcia antiga, na classificação de M. Greenberg, pertence à família “hamito-semítica”, ou “afro-asiática”, o que a vincula, por um lado, a línguas africanas (berbere, tchadiano) e, por outro, às línguas semíticas da Ásia Ocidental. Isso talvez reflita dados do povoamento do país, onde elementos vindos do Saara, outrora fértil, se mesclaram com elementos chegados da Síria-Palestina, enquanto a arqueologia e outros dados mostram um forte influxo de negróides que desceram o curso do Nilo. Pretendeu-se mesmo, recentemente, que os antigos egípcios

fossem total ou predominantemente negróides, mas a verdade é que os elementos disponíveis não permitem decidir a respeito, numa discussão marcada por fortes injunções ideológicas (negritude, unidade africana).

Como no caso da Baixa Mesopotâmia, o espaço disponível neste livro nos proíbe até mesmo fazer uma resenha rápida das etapas da história faraônica do Egito. (Ver o quadro 2.)

As forças produtivas

Sobre este tema, fizeram-se progressos muito grandes nos últimos anos, o que talvez explique que em manuais recentes ainda se veiculem informações falsas. O de Finegan¹, por exemplo, assim apresenta as fases da metalurgia, no caso do Egito:

Período Inicial do Bronze	3100-2100 a.C.
Período Médio do Bronze	2100-1500 a.C.
Período Tardio do Bronze	1500-1200 a.C.
Período Inicial do Ferro	1200-900 a.C.
Período Médio do Ferro	900-600 a.C.
Período Tardio do Ferro	600-300 a.C.

Ora, esta projeção da cronologia das fases da metalurgia da Ásia Ocidental sobre o Egito é absurda, pois a seqüência correta é a que apresentamos no quadro 2: a um longo período de emprego do cobre, endurecido com arsênico, segue-se uma fase ainda inicial do bronze no Reino Médio — baseada, parece, na importação de lingotes prontos ou na fusão de minérios contendo, em forma natural, cobre e estanho, sendo que continuava persistindo amplamente o uso do cobre — e, depois, uma fase plena

¹ FINEGAN, Jack. Op. cit., p. IX-XIII.

Quadro 2

CRONOLOGIA SUMÁRIA DO EGITO FARAÔNICO (ATE A CONQUISTA MACEDÔNICA)		
<i>Períodos e dinastias</i>	<i>Fases da metalurgia (correspondência aproximada)</i>	<i>Datas aproximadas (a.C.)</i>
Unificação (protodinástico) Dinástico primitivo: dinastias I e II Reino Antigo: dinastias III a VIII Primeiro Período Intermediário: dinastias IX, X e parte da XI	Período do Cobre	3000-2920 2920-2649 2649-2134 2134-2040
Reino Médio: final da dinastia XI; dinastias XII a XIV	Período Inicial do Bronze	2040-1640
Segundo Período Intermediário; o domínio dos "hicsos": dinastias XV a XVII Reino Novo; período de expansão imperial: dinastias XVIII a XX Terceiro Período Intermediário: dinastias XXI a XXIV e início da dinastia XXV	Período de Apogeu do Bronze	1640-1550 1550-1070 1070-712
Época Tardia; inclui fases de domínio assírio e persa: do final da dinastia XXV à dinastia XXX	Período Inicial do Ferro	712-332

Fonte: Baseamos-nos principalmente em BAINES, John & MÁLEK, Jaromír. *Atlas of ancient Egypt*. Oxford, Phaidon, 1980. p. 30-52. (Com modificações.)

do bronze como resultado da introdução, por invasores asiáticos (*hicsos*) de técnicas mais aperfeiçoadas de metalurgia, permitindo finalmente a fusão simultânea de minérios de cobre e de estanho; quanto ao ferro, embora conhecido desde a segunda metade do II milênio a.C., sua produção não teve qualquer importância no Egito até a invasão dos assírios (século VII a.C.). Insistimos nisso porque no Brasil, ao que tudo indica, esses dados ainda são amplamente ignorados.²

Também no tocante ao estudo da irrigação antiga, os progressos foram fantásticos nas duas últimas décadas, em especial devido às pesquisas de Karl Butzer e Barbara Bell. Os níveis das cheias do Nilo, a população egípcia e a superfície cultivada, antes tratados quase sempre como constantes — salvo flutuações acidentais —, passaram a ser vistos como variáveis. O nível do rio e de suas cheias variou segundo fases perceptíveis nos tempos históricos; a população aumentou ou diminuiu conforme as épocas, mudando a sua distribuição espacial, e o sistema de irrigação — de início baseado quase todo nas bacias formadas naturalmente pelo rio — foi-se complicando e aperfeiçoando ao longo dos séculos para adaptar-se à pressão populacional — criando maior superfície cultivável — e aos insumos de trabalho variáveis. Ao mesmo tempo que as técnicas da irrigação mudaram constantemente, as do cultivo e da colheita permaneceram, pelo contrário, praticamente inalteradas, por serem adequadas às condições da agricultura egípcia. (Ver o quadro 3, cujos dados devem ser encarados somente como ordens de grandeza, admitindo importante margem de erro.)

² HARRIS, J. B. Technology and materials. In: —, ed. *The legacy of Egypt*. Oxford, Clarendon Press, 1971. p. 83-111. Ver um dos últimos estudos metalúrgicos de objetos do Reino Antigo em *Journal of Egyptian Archaeology*, London, 70, 1984. p. 33-41.

Quadro 3

POPULAÇÃO, ÁREA CULTIVADA E DENSIDADE DEMOGRÁFICA HIPOTÉTICAS NO EGITO FARAÔNICO SEGUNDO CÁLCULOS DE BUTZER			
Ano (a.C.)	Habitantes	Km ² cultiváveis disponíveis	Habitantes por km ² de terras cultiváveis
3000	870 000	15 100	57,61
2500	1 600 000	17 100	93,57
1800	2 000 000	18 450	108,40
1250	2 900 000	22 400	129,46

Fonte: BUTZER, Karl W. *Early hydraulic civilization in Egypt*. Chicago, University of Chicago Press, 1976. p. 83. (Com simplificações.)

Para o período que consideramos — da unificação até a conquista macedônica —, os estudos de Butzer constataram maior densidade demográfica no vale do que no delta e ocorrência de diminuições da população nas épocas de divisão e anarquia política (os três períodos intermediários do quadro 2).

O sistema de irrigação egípcio era muito diferente do complexo sistema mesopotâmico, porque as condições naturais eram muito diversas nos dois casos. A cheia do Nilo também fertiliza as terras com aluviões, mas é muito mais regular e favorável em seu processo e em suas datas do que a do Tigre e Eufrates, além de ser menos destruidora. Sua fase principal começa em julho; isto quer dizer que nos meses de maior calor o solo arável é coberto pela água, sendo protegido ao mesmo tempo em que é fertilizado. Quando as terras voltam a emergir, em fins de outubro ou em novembro, é o momento adequado para a semeadura. Entre a colheita (abril-maio) e a nova cheia passa-se tempo suficiente para a limpeza e o conserto das instalações de irrigação. Não são necessárias, na maioria dos casos, as obras de proteção, absolutamente essenciais

na Mesopotâmia. Embora as circunstâncias da agricultura irrigada egípcia, no período faraônico, não permitissem mais de uma colheita anual, os rendimentos eram satisfatórios na maioria dos anos.

Outrossim, o vale e o delta do Nilo são autodrenados ao passar os meses de inundação, ao contrário do que acontece na Baixa Mesopotâmia. Ao ocorrer a cheia, o rio invade uma série de tanques naturais interconectados, formando conjuntos locais totalmente independentes uns dos outros quanto à entrada e saída da água. No início do período histórico, uma agricultura irrigada herdada do Pré-Dinástico, adaptada às bacias, ou tanques, naturais — regularizadas e às vezes subdivididas e providas de diques de separação para o controle da entrada e saída do fluxo —, começava apenas a criar também redes de canais pequenos para melhor distribuição da água pelos campos. Com o tempo, o sistema passou por sucessivos aperfeiçoamentos e as hortas e vergéis situados em terrenos mais altos deviam ser regados com a água transportada em potes, pois só no século XIV a.C. se introduziu um mecanismo baseado no contrapeso para elevação da água, que no Egito de hoje é conhecido como *shaduf*.

Como a agricultura dependia das cheias, ao ser feita a avaliação do solo para o estabelecimento do imposto, fazia-se a distinção entre a chamada “terra alta” — que constituía a categoria mais extensa, entendida como solo que era habitualmente produtivo para cereais, mas que em anos de má inundação podia ficar a seco — e a “terra baixa” — um terreno que em hipótese alguma deixava de receber a inundação. Às vezes se considerava um terceiro elemento: as “ilhas”, que funcionavam como terra baixa, mas eram consideradas, por definição, propriedade direta do rei; muitas delas eram formadas só ocasionalmente, sem que constituíssem traços permanentes da topografia do vale.

O sistema egípcio de agricultura irrigada adequava-se bem a um controle local, ao nível do que no Egito unificado eram as províncias — cada uma delas chamada *spat*, mas que denominamos mais correntemente de *nomos*, usando um termo derivado do grego —, ou mesmo ao nível das aldeias. Não há qualquer sinal de grandes obras de irrigação levadas a cabo pelo governo central, ou sob seu controle, até o Reino Médio, quando a unificação do país já tinha um milênio de existência. Por outro lado, o estabelecimento de reservas de alimentos para redistribuição em caso de necessidade, de que dá testemunho o Velho Testamento (Gênesis, capítulos 41 a 43), e que se baseava na rede de celeiros dos templos, não é atestado antes do Reino Novo (segunda metade do II milênio a.C.).

Isso significa que a conclusão para o Egito tem de ser a mesma que para a Mesopotâmia: a agricultura irrigada, ao permitir o aumento demográfico e a produção de excedentes, foi condição necessária para o surgimento da civilização faraônica, mas não procede a “hipótese causal hidráulica” — muito popular entre os egiptólogos até um passado recente —, posto que o controle da irrigação era local, e só tardiamente o Estado se voltou para grandes obras no setor; aliás, sem que mudasse por isto o caráter fundamentalmente local da organização hidráulica.³

Quanto aos outros aspectos das forças produtivas, podemos considerar três fases principais em que se deram inovações tecnológicas: 1. Durante o IV milênio a.C. e no início do milênio seguinte (até aproximadamente 2700 a.C.), fixaram-se algumas das técnicas básicas da civilização egípcia: diversas técnicas agrícolas e da pecuária;

³ BUTZER, Karl W. Perspectives on irrigation civilization in Pharaonic Egypt. In: SCHMANDT-BESSERAT, D., ed. *Immortal Egypt*. Malibu, California, Undena Publications, 1978. p. 13-8.

metalurgia do cobre, persistindo porém o predomínio de uma tecnologia da pedra e da madeira nos instrumentos da produção agrícola; um torno lento para a produção da cerâmica; o tear horizontal; técnicas de construção em tijolo e, no final do período, em pedra; de navegação a remo e a vela; de escrita e aritmética etc. 2. O Reino Médio (2040-1640 a.C.) viu uma relativa difusão do uso do bronze, mas foi o Segundo Período Intermediário (1640-1550 a.C.) que se apresentou como novo na inovação e aperfeiçoamento tecnológico, com a introdução, pelos asiáticos *hicsos*, de métodos melhores de metalurgia do bronze, de um torno rápido para fabricar cerâmica, do tear vertical mais eficiente, do gado zebu e do cavalo, de novas frutas e legumes, além de técnicas militares (arco composto, carro), sem as quais as conquistas do Reino Novo na Ásia seriam impossíveis. 3. Por fim, a ocupação assíria difundiu, no século VII a.C., o uso do ferro, popularizando finalmente no Egito os instrumentos metálicos, antes raros e caros.

Essa cronologia mostra um nítido atraso na evolução tecnológica egípcia em comparação com a da Ásia Ocidental. O baixo nível geral das forças produtivas era compensado com o uso maciço de uma mão-de-obra abundante. Ao ocorrerem cheias demasiado baixas, ou altas demais, apesar das condições naturais serem normalmente favoráveis, elas podiam trazer catástrofe e fome, coisa bem documentada nos tempos faraônicos.

Descrição das principais atividades econômicas

A economia egípcia baseava-se na união da agricultura e da pecuária, atividades estas que, no entanto, eram sempre estritamente separadas do ponto de vista admi-

nistrativo. Se a Baixa Mesopotâmia deixou uma quantidade de documentos escritos, pertinentes para a história econômica, maior do que o Egito faraônico, este, em compensação, legou-nos uma riquíssima iconografia (pinturas e relevos murais das tumbas, modelos de ferramentas, maquetas diversas), que nos facilita a descrição das atividades de produção e transporte.

Os cultivos básicos eram o trigo-duro (*emmer*), para o pão, a cevada, para a cerveja, e o linho, para o vestuário. A semeadura destas plantas era feita, com frequência, na terra ainda muito mole, imediatamente depois do refluxo da cheia anual. O leve arado de madeira abria os sulcos, e o gado menor pisoteava os campos para enterrar as sementes. Se, ao chegar o momento da semeadura, a terra estivesse seca, a enxada e o arado — muito simples, de madeira e corda — serviriam para abrir e homogeneizar a terra, e enterrar os grãos.

Entre a semeadura e a colheita, a umidade com que a cheia impregnara o solo bastava para o crescimento das plantas. Os camponeses podiam, portanto, dedicar-se à horticultura, à viticultura e aos vergéis: aos cereais se juntavam, assim, legumes e verduras diversos, a uva para o vinho, frutas variadas.

A colheita de cereais era feita cortando-se o talo com uma foice primitiva: um crescente de madeira no qual se inseriam lâminas cortantes de sílex; o linho era arrancado. Em seguida, o grão e a palha eram separados, fazendo-se com que o gado pisoteasse os montes de espigas na eira. Peneiravam-se os grãos resultantes, para limpá-los, armazenando-os por fim em celeiros.

No antigo Egito, os animais domésticos mais usuais eram os bois, asnos, carneiros, cabras, porcos, aves diversas e, a partir do período dos invasores *hicsos*, os cavalos. Os bovinos serviam principalmente para o tiro e para o

leite; a carne era um alimento de alto luxo, só muito ocasionalmente disponível para os menos favorecidos. Os pastos se localizavam quase sempre em terras pantanosas. Como na Mesopotâmia, o rebanho era melhorado mediante importação de reprodutores (da Núbia e Ásia). A criação se fazia em duas fases: na primeira, os animais eram deixados em liberdade; na segunda, selecionavam-se alguns para a engorda sistemática, encerrando-os.

A pesca era praticada no Nilo, nos canais e nos pântanos segundo métodos variados (anzol, rede, nassa, arpão), e o consumo popular de peixe era grande, especialmente seco. Entre os privilegiados, porém, havia certas limitações de cunho religioso a tal consumo. A caça era realizada nos pântanos e no deserto, como esporte, para prover a mesa dos poderosos e renovar a criação de aves: captura de patos e gansos selvagens com redes. As atividades extrativas compreendiam o barro do Nilo para fabricação de cerâmica, tijolos; o papiro, de múltiplas utilidades — a mais importante era a fabricação de material para a escrita; juncos e caniços para confecção de cestas e móveis populares; a madeira de qualidade inferior disponível no Egito (sicômoros, palmeiras, acácias etc.).

O artesanato dependia, antes de mais nada, das matérias-primas fornecidas pela coleta e agricultura: produção de tijolos e vasilhas de argila; fabricação diária do pão e da cerveja; produção de vinho; fiação e tecelagem do linho; indústrias do couro, do papiro e da madeira. Diferentemente da Mesopotâmia, o Egito contava, em regiões submetidas nas épocas de centralização monárquica à sua jurisdição direta (o Sinai, o deserto oriental, a Núbia), com fácil abastecimento de pedras para construção e estatuária, gemas semipreciosas e minérios (ouro, cobre, chumbo; agora se sabe que também algum estanho). Mas certas matérias-primas deviam ser importadas: a madeira

de cedro, que vinha de B́blos, na Fenícia; minérios; o lápis-lazúli.

A organização artesanal fazia-se em dois níveis diferentes. Nas aldeias, os camponeses fabricavam seus implementos e objetos grosseiros de uso corrente, não tendo em geral acesso aos produtos do artesanato de alta qualidade. Este último concentrava-se em oficinas, às vezes grandes, instaladas nos palácios do rei, templos e grandes domínios rurais. O faraó exercia o monopólio sobre a exploração das minas e pedreiras através de expedições intermitentes, bem como sobre as grandes construções e obras públicas.

Desde o Reino Antigo, as tumbas mostram em seus relevos a existência de um pequeno comércio local baseado no escambo. Existiam especialidades regionais — Sais era grande centro têxtil; o delta tinha os melhores vinhedos e os maiores rebanhos; Mênfis concentrava muita atividade metalúrgica etc. —, e o Nilo era singrado por barcos, às vezes de grande porte; mas, como veremos, a circulação das cargas de uma a outra parte do país fazia-se sobretudo administrativamente, por conta do sistema econômico estatal. Nas transações mais importantes usava-se um padrão de referência, constituído por pesos de metal (cobre, prata), que serviam de equivalente de valor e moeda de conta, mas o pagamento efetivo era feito com objetos diversos. O grande comércio exterior, realizado por terra, subindo-se o Nilo e, principalmente, por mar — com as ilhas de Creta e Chipre, com a Fenícia, no Mediterrâneo, e com o “país de Punt” (talvez a costa da Somália), pelo mar Vermelho —, servia para importar matérias-primas e objetos de luxo, bem como artigos necessários ao culto religioso, pagando-se as importações em boa parte com o ouro extraído do deserto Arábico e da Núbia. Tal comércio de longo curso organizava-se através de expedições ordenadas pelo rei ou pelos templos.

Propriedade e relações de produção: interpretação das estruturas econômico- -sociais

A formação da sociedade faraônica

O Egito foi o primeiro reino unificado da História. Esta é uma das razões pelas quais sua evolução difere da mesopotâmica. Diz Trigger que, na Mesopotâmia, os frutos da civilização foram partilhados entre diversas cidades-Estados e, no interior destas, entre vários grupos sociais, se bem que desigualmente. No Egito dos faraós, os frutos em questão concentraram-se por muito tempo quase só na corte real e, secundariamente, nos centros regionais do poder.⁴ Se na Mesopotâmia, partindo do controle estatal — dos templos e do palácio —, o comércio cedo começou a servir também à acumulação de riquezas privadas, no Egito as trocas importantes permaneceram por muitíssimo mais tempo sob controle do Estado, sem abrir as oportunidades sociais surgidas no caso mesopotâmico. O efeito mais marcante da forma pela qual a unificação precoce afetou a história egípcia foi que, para as aldeias, as mudanças ocorridas no nível político no final do IV milênio a.C. e no início do milênio seguinte — ao emergir a monarquia “divina” dos faraós — tiveram consequências bem limitadas: o Egito unificado permaneceu, em sua base rural, uma sociedade baseada na agricultura aldeã.⁵

Podemos supor que a ajuda mútua camponesa, surgida no Pré-Dinástico como forma de organização a serviço da irrigação e transformada agora em “corvéia

⁴ TRIGGER, B. G. The rise of Egyptian civilization. In: — et al. *Ancient Egypt*, p. 51, 57-8, 61. V. “Bibliografia comentada”.

⁵ HOFFMAN, Michael A. *Egypt before the Pharaohs*. London, Routledge & Kegan Paul, 1978. p. 17.

real”, tenha conhecido certa intensificação, além de ser exigida para finalidades mais numerosas; e que a reciprocidade típica das sociedades tribais tenha assumido, nas relações entre o Estado e as aldeias, o aspecto de distribuições de rações quando do trabalho para o governo, e talvez também de “prêmios” especiais na forma de bebidas e carne em certas ocasiões, o que pareceria assegurar a continuidade com as estruturas do período anterior. É possível supor, também, que ao lado do domínio eminente que pelo menos em teoria e ao nível da ideologia o soberano exercia sobre o solo, e das primeiras formas de propriedade individual (de função e privada) que começavam a aparecer, formas mais antigas de acesso à terra, ao nível das aldeias, mas também dos “notáveis” locais, puderam manter-se, adaptando-se à nova organização político-social.

A situação do período pós-unificação foi preparada desde o IV milênio a.C., pelo fato de as sociedades do final do Pré-Dinástico certamente não serem já igualitárias. Mesmo antes da unificação existiram sistemas locais de centralização e redistribuição de bens, sem os quais — pensamos especialmente na redistribuição de cereais em forma de rações — seria difícil explicar trabalhos coletivos consideráveis (em santuários, por exemplo), cuja existência é demonstrada pelas escavações arqueológicas.⁶

As estruturas básicas do Egito durante o III milênio a.C. e a primeira metade do II milênio a.C.

O Egito faraônico, salvo nos períodos de anarquia e divisão, era um reino centralizado, no qual o Estado

⁶ Id., *ibid.*, p. 319; CASTILLOS, Juan J. *A study of the spatial distribution of large and richly endowed tombs in Egyptian Predynastic and Early Dynastic cemeteries*. Toronto, Benben, 1983.

exercia estreito controle sobre a economia do país. Outrossim, mesmo se a informação disponível sobre as comunidades rurais e as cidades e povoados locais é bastante escassa, começa-se a perceber, atualmente, algo que por muito tempo escapara à egiptologia: a vitalidade de formas locais ou regionais de poder, de relações sociais e de organização econômica ligadas a padrões consuetudinários, nas quais o governo central interferia só em forma muito limitada, no sentido de impor um controle geral.

Assim, seria possível descrever o sistema econômico-social egípcio em dois níveis. O primeiro, e para nós o mais visível, em função da origem e do caráter das fontes disponíveis, era o das estruturas econômico-sociais "estatais": baseava-se na extração de excedentes de todas as comunidades locais, tanto urbanas quanto rurais, através do tributo em produtos e de trabalho para todos os empreendimentos do Estado — na forma da "corvéia real", que servia para o trabalho agrário nas terras da coroa, dos templos e dos grandes funcionários, para as construções públicas, para as expedições extrativas enviadas às minas e pedreiras, e para a guerra. O outro nível, maciçamente camponês, era o de unidades domésticas, ou comunais, em grande parte auto-suficientes, possuindo economia e sistema social provavelmente bastante variáveis no detalhe de região a região, já que eram governados pelo costume. Na medida em que não afetasse as relações entre o Estado e seus súditos tributários, esta vida social local e consuetudinária era deixada em paz pelos funcionários da monarquia. É fato, por exemplo, que o casamento no antigo Egito nunca foi visto como instituição jurídica, mas tão-somente como uma prática social e privada governada pelo costume, desprovida de qualquer sanção religiosa ou pública.

Analisemos, primeiro, o setor "estatal" das estruturas econômico-sociais.

O excedente recolhido das comunidades locais era armazenado para futura (e parcial) redistribuição. Os tributos assim acumulados eram de vários tipos: cereais, gado, alimentos diversos, tecidos etc. A partir dos depósitos estatais, eram manipulados num complexo sistema de redistribuição, que variava desde rações a nível de subsistência, distribuídas a trabalhadores não-qualificados e às pessoas submetidas à corvéia, até remunerações muito mais substanciais atribuídas aos funcionários de todos os tipos (pessoal da corte, escribas, sacerdotes), a artesãos de alta qualificação que trabalhavam para a corte ou para os templos etc. Tudo isso supunha uma boa organização burocrática, para que fosse possível computar as pessoas, o gado e as riquezas em geral para o cálculo do imposto e a distribuição das corvéias; e um sistema de contabilidade que permitisse o controle das equipes de trabalhadores com seus capatazes, dos funcionários e da remuneração devida, em produtos, a cada homem, segundo sua atividade e seu *status*, enquanto ele estivesse nas listas das distribuições estatais — pois mesmo o trabalho de corvéia era remunerado, apesar de compulsório, através da distribuição de rações. Diversos departamentos do governo, sob a supervisão geral do *tjati* — termo usualmente traduzido por *vizir* —, encarregavam-se do controle dos recursos disponíveis, dos impostos e da força de trabalho.

Ao falarmos de um nível "oficial" da economia, não estamos implicando que só existisse a propriedade do Estado. Através de concessões que formavam um tecido complicado de direitos justapostos, ou mesmo superpostos, ao uso e controle das terras e seu rendimento, assim como do gado e de pessoas, de fato surgiu uma rede coerente de propriedades da coroa (terras do Tesouro, terras que eram propriedade pessoal do faraó, terras de fundações reais), dos templos e possuídas em caráter privado (here-

ditárias e negociáveis) ou através de funções públicas (não-hereditárias, a não ser que a função passasse de pai para filho, e não-negociáveis) exercidas por grandes funcionários: tal rede mudou muito em seus detalhes ao longo da história egípcia. Existiam vínculos estreitos entre as diferentes categorias de propriedades. As terras dos templos devem ser vistas como parte do domínio do Estado, mesmo possuindo considerável autonomia e gozando às vezes de muitas isenções; com frequência eram administradas por funcionários que não eram sacerdotes, e, seja como for, inexistiam barreiras separando os empregos civis e religiosos no interior do Estado egípcio. As propriedades privadas e “de função” dos grandes funcionários, bem como aquelas possuídas pelos templos, pagavam impostos e deviam contribuir para o sustento do rei e da corte.

Uma organização como essa, muito centralizada e na qual um sistema estrito de regras, disciplina e repressão — além, claro está, do peso ideológico da “monarquia divina” — governava as relações entre Estado e súditos, não favorecia o surgimento de formas privadas de comércio. Na verdade, até meados do II milênio a.C. inexistia na língua egípcia um termo que significasse *mercador*. No entanto, são numerosos os autores que, contra toda a evidência, procuram convencer-nos do contrário. Kemp, por exemplo, acredita — sem qualquer base documental de apoio — na existência de um “complexo e extenso sistema de comercialização”⁷ no Reino Antigo. Nisto podemos constatar, simplesmente, a força ideológica e a ampla difusão de um tipo de teoria econômica que baseia a explicação do funcionamento da economia — de *qualquer* economia — nos fatos do mercado.

⁷ KEMP, Barry J. Old Kingdom, Middle Kingdom and Second Intermediate Period. In: TRIGGER, B. G. et al. Op. cit., p. 81.

Passaremos agora a considerar o outro pólo das estruturas econômico-sociais egípcias: as comunidades aldeãs. Basear-nos-emos numa pesquisa, ainda inédita, que realizamos recentemente a respeito, e da qual só apresentaremos algumas das conclusões.

Havia três aspectos fundamentais em que se manifestavam os princípios de uma organização aldeã comunitária no Egito dos faraós: 1. Existiam *elementos de solidariedade econômico-social* num sentido amplo: união entre artesanato e agricultura nas aldeias, mantendo a sua tendência autárquica; formas de crédito, de transações comerciais e de presentes recíprocos (dons e contradons) entre as famílias, de forte caráter comunitário,⁸ ao qual vem se somar o fato de que o controle social, a nível local, era deixado às instâncias das próprias comunidades urbanas ou rurais. 2. Havia o *controle da irrigação e de aspectos específicos do ciclo agrário* exercido por órgãos comunitários locais: controle da água e das instalações de irrigação, talvez, de início, do acesso à terra pelas famílias da comunidade rural — sendo este, porém, um dos pontos mais duvidosos diante da documentação disponível —, da lavra do solo e da semeadura, de problemas de limites que afetassem o imposto sobre a colheita; existia, igualmente, uma solidariedade aldeã diante de tal imposto e das corvéias exigidas. 3. Por fim, aos órgãos derivados das próprias comunidades eram deixadas — sob a vigilância e o controle, em última instância, dos poderes provinciais e do poder central — *amplas funções administrativas e judiciárias* a nível local: tais órgãos dirimiam disputas, intervinham em questões criminais e cíveis, regulavam e registravam as transações e os atos ligados à herança, tinham vasta competência administrativa.

⁸ Ver MENU, Bernadette. Le prêt en droit égyptien. *Etudes sur l'Égypte et le Soudan Ancien*, Lille, 1, 1973. p. 59-141; JANSSEN, J. J. Gift-giving in ancient Egypt as an economic feature. *Journal of Egyptian Archaeology*, London, 68, 1982. p. 253-8.

Os órgãos básicos que regulavam a ação comunitária quanto aos três pontos acima especificados eram *conselhos* locais. Existiu, inicialmente, um conselho chamado *djadjat*; em seguida outro, a *kenebet*, que acabou superando de vez o primeiro. Tais conselhos eram formados por membros da própria comunidade, por esta designados, podendo a sua composição variar de um dia para outro. Um dos títulos dos membros dos conselhos locais era o de “anciãos”; em outras ocasiões eram chamados “notáveis” — título que indica uma certa hierarquia sociofuncional —, o que nos deve alertar contra a tentação de associar a existência de traços comunitários a um “igualitarismo” interno à comunidade. Sabemos, pelo contrário, que desde o final do Pré-Dinástico tais comunidades já apresentavam nítida hierarquização social interna, acentuada nos milênios seguintes.

Transformações ocorridas na segunda metade do II milênio a.C. e no I milênio a.C.

O sistema econômico-social que acabamos de descrever persistiu durante a totalidade da história do Egito faraônico. Mesmo assim, existe um forte sentimento entre os egiptólogos de que algo mudou no período inaugurado com a XVIII Dinastia. Tal mudança é quase sempre explicada pelas conquistas militares do Reino Novo, que causaram um aumento do comércio, a introdução no Egito de numerosos escravos, a expansão da propriedade privada através de doações de terras a soldados etc.

Pela primeira vez as fontes começam a mencionar “comerciantes” — mesmo se não sabemos muito sobre eles, e pareçam depender do palácio e dos templos; percebemos, então, a existência de algum comércio privado dentro do Egito, e deste com a Ásia e a Núbia, incluindo

algum tráfico de escravos. Provas de uma maior difusão das relações mercantis são o desenvolvimento, pela primeira vez no Egito, do direito privado, e o aperfeiçoamento dos meios de avaliar qualquer objeto em pesos de metal ou cereal, embora os pagamentos continuassem sendo feitos com objetos diversos. É indubitável, também, a presença de muitos milhares de prisioneiros de guerra e escravos obtidos como tributo, servindo à coroa, aos templos, a muitos funcionários e, mesmo, a cidadãos privados — alguns de baixa extração. Finalmente, é verdade que pequenas parcelas de terra tornaram-se uma forma normal de pagamento não apenas de serviços militares, como também de outras atividades profissionais: metalurgistas do cobre, gravadores, sacerdotes, capatazes, cultivadores aparecem como pequenos proprietários em muitos documentos, mesmo se — ao contrário do que ocorreu na Mesopotâmia — o sistema de rações continuou existindo.

Além das conquistas, outro fator deve ser levado em conta ao se explicar essas mudanças: as transformações tecnológicas introduzidas no período dos *hicsos* — mesmo porque, sem elas, as conquistas na Ásia seriam impossíveis, estando anteriormente o Egito em inferioridade de condições de técnica e armamento, em comparação com os asiáticos — e a introdução do *shaduf* para elevação de água, no século XIV a.C. As conseqüências de tais transformações, e mesmo o seu detalhe, são ainda mal conhecidos.

Apesar de tudo, não foi destruída a estrutura essencial do regime que descrevemos anteriormente. Mesmo sob o Reino Novo e períodos posteriores, como foi notado por Edgerton, unicamente o serviço público (administração civil, sacerdócio ou carreira das armas, esta incrementada com o surgimento de um verdadeiro exército profis-

sional em lugar das milícias camponesas do passado) propiciava boas possibilidades de ascensão social a homens ambiciosos:

Não conhecemos carreiras baseadas na riqueza privada ou na habilidade profissional fora do serviço público.⁹

O Egito continuava a ser bem diverso da Mesopotâmia.

Ao nível das comunidades aldeãs, as transformações mencionadas tiveram um impacto que as enfraqueceu, sem destruí-las. Perderam algumas de suas atribuições econômicas — como o controle do acesso à terra; os progressos do direito privado, da estrutura familiar individualizada e das relações mercantis abalaram alguns dos laços de solidariedade comunal. A verdade, porém, é que a existência das comunidades e sua ligação estreita com o controle da irrigação persistiram no Egito tanto quanto o sistema de irrigação por tanques ou bacias, ou seja, até o século XIX depois de Cristo.

⁹ EDGERTON, William F. The government and the governed in the Egyptian empire. *Journal of Near Eastern Studies*, Chicago, 6, 1947. p. 159.

4

Conclusão

A História Antiga, sobretudo a do Oriente Próximo, defronta-se habitualmente com sérios problemas de documentação, em especial no concernente às fontes escritas, mal distribuídas no tempo, no espaço e segundo os diferentes aspectos das sociedades abordadas pelos estudiosos. Nestas condições, a ilusão dos historiadores tradicionais — a crença em que “fatos históricos” prontos dormiriam nos documentos até serem despertados pelo historiador — é particularmente absurda ao se tratar da História Antiga, na qual o estado das fontes exige sua exploração sistemática segundo hipóteses de trabalho derivadas de um quadro teórico escolhido como ponto de partida. A noção de “modo de produção asiático”, em alguma de suas variantes, constitui um exemplo adequado: integram-na conjuntos de hipóteses vinculadas entre si, que podem servir para interrogar, de forma pertinente, a documentação disponível acerca de sociedades como a egípcia e a mesopotâmica, em cujo conhecimento é possível, desta maneira, avançar.

Seria ingênuo esperar candidamente que os documentos nos “falem” por si mesmos, detalhada e explicitamente,

sobre as comunidades aldeãs — para exemplificar concretamente —, ao considerarmos o uso limitado e muito especializado da escrita no antigo Oriente Próximo, e o fato de se originarem os textos no pólo urbano da sociedade (palácio, templos). Por esta razão, autores já predispostos em tal sentido por sua posição ideológica podem, facilmente, tomar “o que é um desequilíbrio documental” como sendo um “desequilíbrio real”.¹ Podem chegar, mesmo, a negar a própria existência das comunidades aldeãs nas sociedades em exame, e o farão baseando-se, às vezes, nas mesmas fontes que, compulsadas por pesquisadores que escolheram outra teoria e outras hipóteses de trabalho, revelaram-se úteis para abordar o estudo daquelas comunidades.

Exemplificaremos de forma ainda mais específica. O fato de se traduzir o termo egípcio *ur* não adequadamente — significa *ancião* — e, sim, à maneira de certos especialistas britânicos, como *magistrado*, de uma penada transforma um “conselho” local egípcio — composto por membros da própria comunidade, por ela nomeados — num “tribunal” formal, presumivelmente um órgão integrado de forma direta ao aparelho de Estado faraônico, onde conviria, pelo contrário, perceber a sobrevivência de uma velha instituição pré-histórica como emanção local de poder, subordinada, sem dúvida, ao Estado dos faraós, mas dispondo de uma lógica própria, intrínseca, cujas raízes mergulham no passado neolítico.

Mesmo nos casos em que as hipóteses de trabalho foram derrubadas no decorrer do processo de pesquisa, isto não quer dizer que tenham sido inúteis. A “hipótese causal hidráulica”, tomada, entre outros escritos, dos primeiros textos de Marx sobre a Índia, e especialmente ado-

¹ LIVERANI, Mario. Communautés rurales dans la Syrie du II millénaire a.C. In: THÉODORIDÈS, Aristide et al. *Les communautés rurales*, p. 147-8. V. “Bibliografia comentada”.

tada por Wittfogel e seus discípulos, pretendia derivar o surgimento do Estado, das cidades, da hierarquia social e de toda a civilização — no caso de certas sociedades — linear e diretamente da necessidade de um controle centralizado das obras hidráulicas de proteção e irrigação. Ela demonstrou ser falsa, mas o fato de ter sido enunciada e posta à prova, pelos que nela acreditavam e pelos seus opositores, foi um caminho através do qual o conhecimento histórico de diversas sociedades pôde progredir.

Parece-nos que, quanto ao estudo sumário a que nos dedicamos neste pequeno livro, os casos estudados justificam a escolha que fizemos de certa vertente do debate acerca do “modo de produção asiático”, desenvolvida na Itália por autores como Liverani e Zaccagnini: pelo menos no Egito e na Baixa Mesopotâmia, a lógica “palatina” e a lógica “doméstica”, ou aldeã, das comunidades parecem ter sido bem diferentes entre si, por mais que estivessem em contato e se influenciassem mutuamente.

A noção de “despotismo oriental” e, posteriormente, a de “modo de produção asiático” integram uma corrente de pensamento em que, durante mais de três séculos, um Oriente às vezes vagamente definido serviu de *repoussoir*² à Europa Ocidental, permitindo a esta reconhecer e avaliar suas próprias especificidades. Em nosso século, o debate a respeito teve grande importância ao ligar-se historicamente à crítica e superação das concepções rígidas do unilinearismo evolutivo. Acreditamos que ele continue sendo um instrumento útil de pesquisa para certas áreas do estudo da História e, de um modo mais geral, para procurar algumas das respostas possíveis às perguntas que constituem o cerne das ciências sociais: como funcionam e mudam as sociedades humanas?

² Este termo francês, de difícil tradução refere-se a algo que, por contraste, valoriza uma outra coisa.

5

Vocabulário crítico

Awilum (plural: *awilu*): na antiga Mesopotâmia, homem livre, gozando da plenitude dos direitos jurídicos. Os *awilu* não formavam uma “classe social”, como às vezes se diz, mas uma categoria sociojurídica; entre eles havia grandes distinções de fortuna e posição.

Comunidade aldeã: grupo humano solidário, caracterizado por laços de parentesco e/ou vizinhança que reúnem seus membros ou famílias num conjunto que apresenta, às pessoas de fora, uma frente comum, segundo certos pontos de vista. Acreditava-se que a estrutura comunitária aldeã dependesse da ausência da propriedade privada e de uma hierarquização social interna, mas, de fato, no caso do antigo Oriente Próximo, as comunidades rurais não eram igualitárias e nem sempre se pode falar, com respeito a elas, de uma verdadeira “propriedade coletiva” do solo; mesmo assim, mantinham-se devido à união do artesanato e da agricultura, ao controle local da irrigação e a diversos mecanismos que preservavam a solidariedade interna do grupo — no Egito, por exemplo, um sistema de dons e contradons entre as famílias.

“Corvéia” (também chamada “*corvéia real*”): forma de trabalho compulsório por tempo limitado, exigido pelos Estados “asiáticos” ou “orientais” — que na verdade foram detectados na história antiga de todos os continentes — à maioria da população, com exceção de pequeno grupo de privilegiados. Seria para construir e reparar o sistema de irrigação, para as obras públicas, para a exploração de minas e pedreiras, para o serviço agrícola e artesanal, para a guerra. O termo *corvéia* designava, originalmente, uma forma de trabalho da Idade Média ocidental, e sua extensão a sociedades distintas é usual, mas um tanto inadequada.

“Despotismo oriental”: expressão que, a partir do século XVI, passou a ser empregada na Europa Ocidental para designar, seja o conjunto das estruturas sociais do Oriente, tal como percebido pelos europeus, seja mais especificamente o sistema político “asiático”. A maioria dos que usaram o termo ao longo de vários séculos acreditava que, nas sociedades orientais, o “déspota”, ou governante, fosse de fato o único dono da terra e o único homem livre de seu reino, sendo os demais seus servos ou escravos — daí a concepção de uma “escravidão generalizada”, que Marx retomou em alguns textos.

Djadjat: termo egípcio que designa um “conselho” local (provincial, urbano ou aldeão) formado por membros da própria comunidade, por ela eleitos, possuindo diversas atribuições econômicas, administrativas e judiciárias. A *djadjat* deixou de existir sob o Reino Novo.

Escravidão: o termo *escravo* designa, em princípio, uma pessoa que pertence a outra, podendo esta última utilizar o seu trabalho, vendê-la, alugá-la, emprestá-la ou legá-la. No Egito e na Mesopotâmia houve escravos, mas, por um lado, nunca constituíram a base das relações de produção e, por outro, diferenciavam-se bastante da-

queles do período greco-romano clássico: podiam casar-se com pessoas livres, ter bens, pagar impostos, testemunhar nos tribunais etc. De fato, as diferenças são tão grandes que certos autores — por exemplo, a egiptóloga Bernadette Menu — contestam que fossem verdadeiros escravos.

Estagnação asiática: tanto em autores mais antigos — como os da Economia Política Clássica — quanto em alguns textos de Marx relativos ao “modo de produção asiático”, transparece a idéia de uma espécie de sociedade sem história, afirmação feita por Hegel, como sendo típica da Ásia: as comunidades aldeãs auto-suficientes, o baixo nível das forças produtivas, a tesaurização da riqueza em lugar de seu investimento, seriam alguns dos fatores de “estagnação”. Tal noção, na verdade não confirmada pelos estudos detalhados de casos disponíveis, é das mais polêmicas de quantas foram ventiladas em função do debate acerca do “modo de produção asiático”.

Forças produtivas: conceito marxista que designa uma forma histórica, concreta, dos objetos e meios de trabalho (os meios de produção), mais os trabalhadores vistos em suas capacidades físicas e mentais. Simplificadamente, pode-se dizer que as forças produtivas compreendem as técnicas de produção — entendidas tanto como os modos de fazer quanto como os instrumentos com que se faz — e os próprios trabalhadores. O termo tornou-se polêmico devido ao esforço dos discípulos de Althusser no sentido de subsumir as forças produtivas, na prática, às relações de produção, por certo que sem qualquer base efetiva nos escritos de Marx.

Hicsos: forma simplificada de *Hek khasut* (“governantes dos estrangeiros”, em egípcio). O termo se aplica a

invasores que, no decorrer do Segundo Período Intermediário, vindos da Ásia, se instalaram em parte do território egípcio. Sua importância principal consistiu em introduzir novas técnicas que, por cerca de meio milênio, equipararam o nível tecnológico do Egito ao da Ásia Ocidental, durante o Reino Novo (segunda metade do II milênio a.C.).

“*Hipótese causal hidráulica*”: hipótese presente em alguns dos textos de Marx, Engels, Plekhanov e outros autores acerca do surgimento da civilização em certas regiões do mundo. Na segunda metade do nosso século, foram principalmente Wittfogel e seus discípulos os defensores de tal hipótese, que pode ser sintetizada assim: em condições de semi-aridez e solos potencialmente férteis, e sendo as forças produtivas disponíveis relativamente limitadas, se e somente se for desenvolvido um controle institucionalmente centralizado sobre a irrigação e a distribuição da água, será possível o surgimento da civilização (urbanização, estratificação social, Estado, grandes construções etc.). As pesquisas concretas mostraram a falsidade desta hipótese — como sói ocorrer, aliás, com hipóteses monocausais aplicadas a processos históricos.

Kenebet: no antigo Egito, conselho local com funções administrativas, econômicas e judiciárias, surgido durante o Primeiro Período Intermediário. No Reino Novo, suplantou totalmente outro conselho local mais antigo — de origem pré-histórica —, a *djadjat*. Como esta última, formavam-no membros da própria comunidade aldeã, urbana ou provincial, por ela eleitos.

Misharum: termo que significa *justiça*. Na Babilônia da primeira metade do II milênio a.C., designava um edito real que, a intervalos irregulares, abolia todas as dívidas

e a escravidão temporária de pessoas livres que estivessem sujeitas à condição servil na sua qualidade de devedoras.

Modo de produção: conceito marxista que designa uma articulação dada historicamente entre um determinado nível e formas de desenvolvimento das forças produtivas, e as relações de produção que lhes correspondem. Em nosso século, as polêmicas principais acerca de tal conceito ligam-se àquilo que certos autores pretenderam demonstrar — sem qualquer base nos escritos dos fundadores do marxismo —, ou seja, que ele engloba igualmente as superestruturas jurídico-políticas e ideológicas.

“Modo de produção asiático”: expressão usada por Marx uma única vez, mas que se tornou usual entre os marxistas para designar determinado tipo de sociedade em que uma “comunidade superior”, mais ou menos confundida com o Estado e que se encarna num governante “divino”, explora mediante tributos e trabalhos forçados as comunidades aldeãs — caracterizadas pela ausência de propriedade privada e pela auto-suficiência, permitida pela união do artesanato e da agricultura. Nas discussões do século XX, preferiu-se substituir o inadequado adjetivo *asiático* — posto que as sociedades desse tipo não são somente da Ásia — por “despótico-tributário”, “tributário”, “despótico-aldeão” etc. O próprio conteúdo do conceito sofreu modificações às vezes grandes em relação à sua formulação por Marx.

“Modo de produção doméstico” (ou “aldeão”): expressão proposta por Liverani para designar a forma de organização das comunidades rurais, tanto no Neolítico como quando já integradas a um Estado que as explora. Foi usada por outros autores com sentidos diferentes deste.

“Modo de produção palatino”: expressão de Liverani, substituindo a de “modo de produção asiático”. Mais exatamente, como explicado por Zaccagnini, seria o *conjunto* formado por este “modo de produção palatino” e o “modo de produção doméstico”, que equivaleria ao “modo de produção asiático”, mas a dicotomia serviria para assinalar que a economia estatal e a das comunidades aldeãs têm lógicas distintas de funcionamento.

Multilinearismo evolutivo: noção que se contrapõe ao unilinearismo evolutivo consagrado na época de Stalin. O multilinearismo supõe que as sociedades humanas não passam todas pelas mesmas fases de evolução. O debate em torno do “modo de produção asiático” foi uma peça essencial no confronto entre unilinearismo e multilinearismo.

Mushkenum (plural: *mushkenu*): termo que designa, na sociedade antiga da Mesopotâmia, uma pessoa livre, mas cujos direitos políticos e jurídicos são inferiores aos do *awilum*. Designaria dependentes do palácio real, por este protegidos. Os *mushkenu* formavam não uma classe social, como às vezes se pretende, mas uma categoria sociojurídica. Suas origens são de fato desconhecidas, havendo várias teorias a respeito, algumas baseadas na conquista, outras no desenvolvimento social interno da sociedade mesopotâmica.

Palácio: no antigo Oriente Próximo, *palácio* designa não simplesmente um edifício, mas um dos pólos da organização social; um complexo de bens, edifícios e pessoas que se estendia por todo o reino.

Propriedade: antes de ser uma forma jurídica, a propriedade é ^{primariamente} uma *apropriação real das condições de existên-*

é secundariamente, o reconhecimento jurídico dessa apropriação.
 cia. É essencial ter isto em mente ao discutir as variadas modalidades de propriedade nas sociedades do antigo Oriente Próximo, às quais são completamente inadequadas as noções usuais derivadas do Direito Romano.

Relações de produção: na definição de Marx, “determinadas relações necessárias e independentes de sua vontade”, em que os homens entram entre si, e que “correspondem a uma certa fase de desenvolvimento de suas forças produtivas”. O elemento central a dar forma às relações de produção é a configuração da propriedade sobre os meios de produção.

Renda: à diferença do que ocorre sob o capitalismo, nas condições pré-capitalistas a renda e a mais-valia são idênticas. Portanto, a renda não é, neste caso, apenas uma renda *do solo*: inclui também o resultado do exercício do poder de coação extra-econômica sobre trabalhadores submetidos a diversas formas e graus de dependência pessoal. Sob o “modo de produção asiático”, *renda e tributo* são a mesma coisa.

Sociedades hidráulicas: expressão proposta por Wittfogel como equivalente ao “despotismo oriental”.

Tamkarum (plural: *tamkaru*): termo que designa os grandes comerciantes na sociedade de Babilônia. Formavam uma corporação dependente do Estado e dos templos, mas comerciavam igualmente por sua própria conta, investindo seus lucros na usura, em terras, na compra de escravos.

Templo: da mesma forma que o palácio, os templos do antigo Oriente Próximo não devem ser entendidos somente como santuários e, sim, como um grande complexo de edifícios, terras, oficinas, pessoal dependente, funcionários, situado às vezes em regiões diversas.

Tributo: no antigo Oriente Próximo, até a conquista persa, os tributos foram cobrados em produtos. Juntamente com a corvêia, configuravam a forma usual da exploração social imposta pelo Estado às comunidades aldeãs e em geral à imensa maioria das pessoas, salvo uns poucos privilegiados.

Unilinearismo evolutivo: também conhecido como “teoria dos cinco estádios”. Na época de Stalin, uma forma dogmática de marxismo pretendia que, em princípio, todas as sociedades humanas (comunismo primitivo, escravismo, feudalismo, capitalismo e socialismo) evoluíam segundo a mesma linha, admitindo-se, quando muito, a possibilidade de que uma ou mais etapas fossem saltadas ao ser um povo mais atrasado influenciado, em sua evolução, por uma sociedade mais avançada.

Wardum (plural: *wardu*): termo que, na antiga Mesopotâmia, designava o escravo.

6

Bibliografia comentada

Obras de cunho teórico sobre o
“modo de produção asiático”

BAILEY, Anne M. & LLOBERA, Josep R., eds. *The Asiatic mode of production*; science and politics. London, Routledge & Kegan Paul, 1981.

A mais atualizada coletânea disponível acerca desse tema. Consta das seguintes partes: “Introdução geral”; “O modo de produção asiático: fontes e formação do conceito”; “O destino do modo de produção asiático de Plekhanov a Stalin”; “A vertente de Wittfogel”; “O debate contemporâneo sobre o modo de produção asiático”. No total, incluindo-se Bailey e Llobera, contém textos de 26 autores.

BARTRA, Roger, ed. *El modo de producción asiático*; antología de textos sobre problemas de la historia de los países coloniales. Trad. F. Blanco e outros. México, Ed. Era, 1969.

Esta coletânea inclui textos de Marx e Engels, e de numerosos marxistas posteriores acerca do “modo de

produção asiático”, precedidos de uma longa apresentação de Bartra. Predominam materiais anteriormente publicados na França e União Soviética.

MARX, ENGELS, LENIN. *Sur les sociétés précapitalistes*. Préf. M. Godelier. Paris, Ed. Sociales, 1970.

Livro que reúne todos os textos de Marx, Engels e Lenin sobre as sociedades pré-capitalistas — incluindo o “modo de produção asiático” —, comentados por Godelier num longo e útil prefácio.

STEWART, Julian et al. *Las civilizaciones antiguas del Viejo Mundo y de América*; symposium sobre las civilizaciones de regadío. Washington, Unión Panamericana, 1955.

Esta publicação consta de uma apresentação sumária, por Wittfogel, de suas idéias acerca das “sociedades hidráulicas” — dois anos antes da publicação de seu livro *Oriental despotism* — e das reações de diversos antropólogos a tais idéias. Algumas comunicações são de caráter geral e outras referem-se especificamente à Mesopotâmia e ao Peru e Meso-América pré-colombianos.

ZACCAGNINI, Carlo. Modo di produzione asiatico e Vicino Oriente antico; appunti per una discussione. *Dialoghi di Archeologia*: Nova série, Roma, Ed. Riuniti, 3 (3): 3-65, 1981.

Artigo que, além de debates de caráter teórico, contém uma discussão fundamentada em fontes primárias sobre a aplicabilidade do conceito de “modo de produção asiático” ao Oriente Próximo asiático. Engloba os seguintes temas: as comunidades aldeãs; a propriedade comunitária da terra; a propriedade eminente do solo reservada à “unidade superior”; o “tributo”; a autarquia das comunidades aldeãs; a relação cidade/campo.

Obras gerais

CARDOSO, Ciro F. S. *O trabalho compulsório na Antiguidade*. Rio de Janeiro, Graal, 1984.

Coletânea de fontes primárias traduzidas, precedida de um ensaio introdutório. Entre os casos abordados incluem-se o Egito faraônico e a Baixa Mesopotâmia dos milênios III e II a.C. O livro trata principalmente das variadas formas de trabalho não-livre existentes na Antiguidade. O caso egípcio e o mesopotâmico estão ilustrados, cada um, por quinze fontes primárias.

GARELLI, Paul & SAUNERON, Serge. *El trabajo bajo los primeros Estados*. Trad. F. Fernández Buey e M. Sacristán. Barcelona, Grijalbo, 1965.

Resumidamente, o livro trata da problemática do trabalho na Ásia Ocidental — com ênfase na Mesopotâmia — e no Egito antigos, colocando-a num contexto geral relativo à história econômico-social dessas regiões do antigo Oriente Próximo.

HAWKES, Jacquetta. *The first great civilizations*. New York, Alfred A. Knopf, 1973.

Síntese de boa qualidade, relativa à vida na Mesopotâmia, na Índia — vale do rio Indo — e no Egito antigos, bem ilustrada e com ênfase na vida quotidiana.

MOSCATI, Sabatino, ed. *L'alba della civiltà; società, economia e pensiero nel Vicino Oriente antico*. Torino, UTET, 1976. 3 v.

De longe a melhor obra de conjunto interpretativa que existe sobre o antigo Oriente Próximo. Sobressaem os excelentes capítulos redigidos por Liverani, F. Mario Fales e Zaccagnini. A obra, em geral, reflete os debates acerca do “modo de produção asiático”.

PRITCHARD, James B., ed. *Ancient Near Eastern texts relating to the Old Testament*. 3. ed. Princeton, New Jersey, Princeton University Press, 1969.

Excelente coletânea de fontes primárias traduzidas por vários especialistas, cobrindo muitos aspectos e civilizações do antigo Oriente Próximo. Bom número dos textos aqui incluídos é relevante para os temas abordados neste nosso livro.

Obras sobre a Mesopotâmia

ADAMS, Robert M. et al. *Societies and languages of the ancient Near East; studies in honour of I. M. Diakonoff*. Warminster, Aris & Phillips, 1982.

Obra que consta de grande número de ensaios de diversos autores, muitos dos quais — Adams, M. A. Dandamayev, I. J. Gelb, W. F. Leemans etc. — abordam questões do maior interesse para o debate acerca do “modo de produção asiático” no concernente à Mesopotâmia.

ARNAUD, D. *Le Proche-Orient ancien de l'invention de l'écriture à l'hellénisation*. Paris, Bordas, 1970.

Manual universitário de ótimo nível, que proporciona uma boa visão geral da história da Mesopotâmia, incluindo seus aspectos econômico-sociais.

BOUZON, Emanuel, introd., trad. do orig. cuneiforme e coment. *O código de Hammurabi*. 3. ed. Petrópolis, Vozes, 1980.

O livro vale não só por permitir a consulta, em português, de fonte primária de grande relevância para temáticas econômico-sociais, mas também pelos úteis comentários do Prof. Bouzon.

—, introd., texto cuneiforme em transcr., trad. do orig. cuneiforme e coment. *As leis de Eshnunna (1825-1787 a.C.)*. Petrópolis, Vozes, 1981.

O que foi dito para o livro anterior vale também para este, sendo que a introdução e os comentários são aqui ainda mais elaborados.

DIAKONOFF, I. M. Main features of the economy in the monarchies of ancient Western Asia. In: CONFÉRENCE INTERNATIONALE D'HISTOIRE ECONOMIQUE, 3, Munich, 1965. *The ancient empires and the economy*. Paris, Mouton, 1969. v. 3, p. 13-32.

Interpretação marxista da história econômico-social da antiga Ásia Ocidental por um especialista que não é partidário da teoria do "modo de produção asiático".

GARELLI, Paul & NIKIPROWETZKY, V. *O Oriente Próximo asiático*. São Paulo, Pioneira/Edusp, 1982. 2 v.

Manual universitário traduzido do francês, que proporciona boa visão de conjunto. Os aspectos sociais e econômicos da Mesopotâmia são tratados com bastante vagar.

HAWKINS, J. D., ed. *Trade in the ancient Near East*. London, British School of Archaeology in Iraq, 1977. Este livro reúne comunicações apresentadas durante um colóquio internacional que teve lugar na Universidade de Birmingham, em 1976. Muitos dos textos referem-se à Mesopotâmia e dão subsídios para aquilatar a importância e o significado do comércio em diferentes períodos.

KOMORÓCZY, G Landed property in ancient Mesopotamia and the theory of the so-called Asiatic mode of production. *Oikumene*, Budapest, Akadémiai Kiadó, 2, 1978. p. 9-26.

Visão de conjunto, muito documentada bibliograficamente, acerca da evolução das formas de propriedade da terra na Mesopotâmia, com o fito de mostrar que elas sofreram grandes transformações ao longo de três milênios, em lugar de reproduzir-se sem maiores mudanças. Por tal razão, o autor crê que é impossível pretender que um único "tipo histórico" possa explicar a totalidade da história antiga da região.

KRAMER, Samuel N. *Os sumérios; sua história, cultura e carácter*. Trad. S. Telles de Menezes. Lisboa, Bertrand, 1977.

Obra de síntese escrita por um especialista. O capítulo 3 — "Sociedade: a cidade suméria" — é rico em informações úteis para a nossa temática.

THÉODORIDÈS, Aristide et al. *Les communautés rurales*. Paris, Dessain et Tolra, 1983. Segunda parte: "Antiquité".

Publicação do colóquio da Sociedade Jean Bodin sobre as comunidades rurais (Varsóvia, 1976), relativo à Antiguidade. A Mesopotâmia é tratada em três comunicações: de W. F. Leemans, J. Klima e M. Dandamayev; por outro lado, há um importante texto de Liverani sobre as comunidades aldeãs na Síria do II milênio a.C.

Obras sobre o Egito

BUTZER, Karl W. *Early hydraulic civilization in Egypt; a study in cultural ecology*. Chicago, The University of Chicago Press, 1976.

Obra essencial para a discussão das forças produtivas no caso do antigo Egito, em especial a irrigação e a relação entre a evolução da população e da superfície cultivada. Derrubou vários mitos antes amplamente acei-

tos, tais como o da prioridade demográfica e cultural do delta em comparação com o vale, e o de que a necessidade de controle da cheia do Nilo e das obras de irrigação tenha sido a causa essencial do surgimento do Estado unificado egípcio.

CARDOSO, Ciro F. S. *O Egito antigo*. 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 1983. (Col. Tudo é História, 36.)

Texto de divulgação, que tenta dar uma idéia de conjunto da civilização egípcia. Inclui discussões específicas sobre a "hipótese causal hidráulica" e acerca da aplicabilidade do conceito de "modo de produção asiático" ao Egito faraônico.

CARLTON, Eric. *Ideology and social order*. London, Routledge & Kegan Paul, 1977.

Análise comparativa das sociedades egípcia e ateniense na Antiguidade em termos institucionais, com a finalidade central de aquilatar a importância e as modalidades do fator ideológico. Os capítulos de 6 a 10, em especial, são pertinentes para a nossa temática.

JAMES, T. G. H. *Pharaoh's people; scenes from life in imperial Egypt*. London, The Bodley Head, 1984.

Síntese inteligente da vida quotidiana no Egito do Reino Novo. Boa parte do livro interessa à interpretação do caráter da sociedade do Egito faraônico em seu apogeu.

LALOUETTE, Claire, trad. e coment. *Textes sacrés et textes profanes de l'ancienne Egypte; des Pharaons et des hommes*. Paris, Gallimard, 1984. v. 1.

Coletânea de fontes primárias traduzidas, muitas das quais importantes para a história econômico-social do antigo Egito.

LICHTHEIM, Miriam, trad., coment. e notas. *Ancient Egyptian literature; a book of readings*. Berkeley, University of California Press, 1975. 3 v.

Coletânea bem mais extensa que a anterior, contendo fontes traduzidas de grande interesse para a nossa problemática.

MENU, Bernadette. *Recherches sur l'histoire juridique, économique et sociale de l'ancienne Egypte*. Versailles, Edição da Autora, 1982.

Livro que reúne diversos artigos de uma das mais lúcidas especialistas da história econômico-social do Egito faraônico. Propriedade da terra, regime agrário, sistemas de distribuição de bens, empréstimo, organização do trabalho, são alguns dos temas analisados.

MOKHTAR, G., ed. *A África antiga*. São Paulo, Ática, 1984. cap. 2 a 5. (Col. História Geral da África, 2.)

Os capítulos assinalados apresentam uma síntese atualizada acerca da antiga civilização egípcia. Para a nossa problemática ver sobretudo o capítulo 3. Consulte-se, também, a rica bibliografia do volume.

SAAD, Ahmad S. *L'Egypte pharaonique; autour du mode de production asiatique*. Paris, Centre d'Etudes et de Recherches Marxistes, 1975.

Embora esta curta monografia fique aquém do desejável, constitui uma das poucas tentativas disponíveis de aplicação sistemática do conceito de "modo de produção asiático" ao caso do antigo Egito.

TRIGGER, B. G. et al. *Ancient Egypt; a social history*. Cambridge, Cambridge University Press, 1983.

Importante síntese da história do Egito faraônico, com ênfase nos aspectos econômico-sociais. Obra atualizada, contendo uma excelente bibliografia.

PRINCÍPIOS

17. **Linguagem e persuasão** — Adilson Citelli ★ 18. **Para uma nova gramática do português** — Mário A. Perini ★ 19. **A telenovela** — Samira Youssef Campedelli ★ 20. **A poesia lírica** — Satele de Almeida Cara ★ 21. **Períodos literários** — Lígia Cademartori ★ 22. **Informática e sociedade** — Antonio Nicolau Youssef & Vicente Paz Fernandez ★ 23. **Espaço e romance** — Antonio Dimas ★ 24. **O herói** — Flávio R. Kothe ★ 25. **Sonho e loucura** — José Roberto Wolff ★ 26. **Ensino da gramática. Opressão? Liberdade?** — Evanildo Bechara ★ 27. **Morfologia inglesa** — Noções introdutórias — Martha Steinberg ★ 28. **Iniciação à música popular brasileira** — Waldenir Caldas ★ 29. **Estrutura da notícia** — Nilson Lage ★ 30. **Conceito de psiquiatria** — Adilson Grandino & Durval Nogueira ★ 31. **O inconsciente** — Um estudo crítico — Alfredo Naffah Neto ★ 32. **A histeria** — Zacaria Borge Ali Ramadam ★ 33. **O trabalho na América Latina colonial** — Ciro Fiamaroni S. Cardoso ★ 34. **Umbanda** — José Guilherme Cantor Magnani ★ 35. **Teoria da informação** — Isaac Epstein ★ 36. **O enredo** — Samira Nahid de Mesquita ★ 37. **Linguagem jornalística** — Nilson Lage ★ 38. **O feudalismo: economia e sociedade** — Hamilton M. Monteiro ★ 39. **A cidade-Estado antiga** — Ciro Fiamaroni S. Cardoso ★ 40. **Negritude** — Usos e sentidos — Kabengele Munanga ★ 41. **Imprensa feminina** — Dulcília Schroeder Butoni ★ 42. **Sexo e adolescência** — Içami Tiba ★ 43. **Magia e pensamento mágico** — Paula Monteiro ★ 44. **A metalinguagem** — Samira Chalhoub ★ 45. **Psicanálise e linguagem** — Eliana de Moura Castro ★ 46. **Teoria da literatura** — Roberto Azevedo de Souza ★ 47. **Sociedade do Antigo Oriente Próximo** — Ciro Fiamaroni S. Cardoso ★ 48. **Lutas camponesas no Nordeste** — Manuel Correia de Andrade ★ 49. **A linguagem literária** — Domicio Prence Filho ★ 50. **Brasil Império** — Hamilton M. Monteiro ★ 51. **Perspectivas históricas da educação** — Eliane Marta Teixeira Lopes ★ 52. **Camponeses** — Margarida Maria Moura ★ 53. **Região e organização espacial** — Roberto Lobato Corrêa ★ 54. **Despotismo esclarecido** — Francisco José Calazans Falcon ★ 55. **Concordância verbal** — Maria Aparecida Baccega ★ 56. **Comunicação e cultura brasileira** — Virgílio Nova Pinto ★ 57. **Conceito de poesia** — Pedro Lyra ★ 58. **Literatura comparada** — Tania Franco Carvalhal ★ 59. **Sociedades indígenas** — Alcida Rita Ramos ★ 60. **Modernismo brasileiro e vanguarda** — Lucia Helena ★ 61. **Personagens da literatura infanto-juvenil** — Sonia Salomão Khóes ★ 62. **Cibernética** — Isaac Epstein ★ 63. **Greve** — Fatos e significados — Pedro Castro ★ 64. **A aprendizagem do ator** — Antonio Januzelli, Janó ★ 65. **Carnaval, carnavais**

— José Carlos Sebe ★ 66. **Brasil República** — Hamilton M. Monteiro ★ 67. **Computador e ensino** — Uma aplicação à língua portuguesa — Cristina P. C. Marques, M. Isabel L. de Mattos & Yves de la Taille ★ 68. **Modo capitalista de produção e agricultura** — Aivaldo Umbelino de Oliveira ★ 69. **Casamento, amor e desejo no Ocidente cristão** — Ronaldo Vainfas ★ 70. **Marxismo e teoria da revolução proletária** — Eder Sader ★ 71. **Pescadores do mar** — Simone Carneiro Maldonado ★ 72. **A alegoria** — Flávio R. Kothe ★ 73. **Consciência e identidade** — Malvina Muskat ★ 74. **Oficina de tradução** — A teoria na prática — Rosemary Arrojo ★ 75. **História do movimento operário no Brasil** — Antonio Paulo Rezende ★ 76. **Neuroses** — Manuel Ignacio Quiles ★ 77. **Surrealismo** — Marilda de Vasconcelos Rebouças ★ 78. **Romantismo** — Adilson Citelli ★ 79. **Higiene bucal** — Giorgio de Micheli, Carlos Eduardo Aun & Michel Nicolau Youssef ★ 80. **Aspectos econômicos da educação** — Ladislau Dowbor ★ 81. **Escola Nova** — Cristiano Di Giorgi ★ 82. **Análise da conversação** — Luiz Antônio Marcuschy ★ 83. **O Estado Federal** — Dalmiro de Abreu Dallari ★ 84. **Luminismo** — Francisco José Calazans Falcon ★ 85. **Constituições** — Célia Galvão Quirino & Maria Lúcia Montes ★ 86. **Literatura infantil** — Voz de crianças — Maria José Palo & Maria Rosa D. Oliveira ★ 87. **A imagem** — Eduardo Neiva Jr. ★ 88. **Teoria lexical** — Margarida Basilio ★ 89. **A política externa brasileira (1822-1965)** — Arnaldo Luiz Cervo & Cidodado Bueno ★ 90. **Energia & fome** — Gilberto Kobler Corrêa ★ 91. **Sonhar, brincar, criar, interpretar** — Arlindo C. Pimenta ★ 92. **História da literatura alemã** — Elio Heise & Ruth Röhl ★ 93. **História do trabalho** — Carlos Roberto de Oliveira ★ 94. **Nazismo** — "O Triunfo da Vontade" — Alcir Lenharo ★ 95. **Fascismo italiano** — Angelo Trento ★ 96. **As drogas** — Luiz Carlos Rocha ★ 97. **Poesia infantil** — Maria da Glória Bordini ★ 98. **Pactos e estabilização econômica** — Pedro Scuro Neto ★ 99. **Estética do sorriso** — Michel Nicolau Youssef, Carlos Eduardo Aun & Giorgio de Micheli ★ 100. **Leitura sem palavras** — Lucrécia D'Allesio Ferrera ★ 101. **O Diabo no imaginário cristão** — Carlos Roberto F. Nogueira ★ 102. **Psicoterapias** — Zacaria Borge Ali Ramadam ★ 103. **O conto de fadas** — Nelly Novais Coelho ★ 104. **Gua teórica do alfabetizador** — Miriam Lemie ★ 105. **Entrevista** — O diálogo possível — Cremilda de Araújo Medina ★ 106. **Quilombos** — Resistência ao escravismo — Clóvis Moura ★ 107. **Raça** — Conceito e preconceito — Eliane Azevedo ★ 108. **Candomblé** — Religião e resistência cultural — Raul Lody ★ 109. **Abolição e reforma agrária** — Manuel Correia de Andrade ★ 110.

Poemas eróticos de Carlos Drummond de Andrade — Rita de Cassia Barbosa ★ 111. **Cinema e montagem** — Eduardo Leone & Maria Dora Mourão ★ 112. **Democracia** — Décio Saes ★ 113. **O verbo inglês** — Teoria e prática — Valter Lellis Siqueira ★ 114. **Descobrimientos e colonização** — Janice Theodoro da Silva ★ 115. **D. João VI: os bastidores da independência** — Lúcia Mezan Algranti ★ 116. **Escravidão negra no Brasil** — Suely Robles Reis de Queiroz ★ 117. **Anarquismo e anarcossocialismo** — Giuseppina Sfera ★ 118. **A feitiçaria na Europa moderna** — Laura de Mello e Souza ★ 119. **Funções da linguagem** — Samira Chalhoub ★ 120. **Ciclo da vida** — Ritos e ritmos — Thales de Azevedo ★ 121. **Televisão e psicanálise** — Muniz Sodré ★ 122. **Cultura popular no Brasil** — Marcos Ayala & Maria Ignez Novais Ayala ★ 123. **Desenvolvimento da personalidade** — Símbolos e arquétipos — Carlos Byington ★ 124. **Imperialismo greco-romano** — Norberto Luiz Guarinello ★ 125. **Períodos filosóficos** — João da Penha ★ 126. **Os povos bárbaros** — Maria Soneiros Guerras ★ 127. **Abolição** — Antonio Torres Montenegro ★ 128. **Como ordenar as idéias** — Edvaldo M. Boaventura ★ 129. **Adverbios** — Eneida Bonfim ★ 130. **Imprensa operária no Brasil** — Maria Nazareth Ferreira ★ 131. **O método junguiano** — Glauco Ulson ★ 132. **O fantástico** — Selma Calasans Rodrigues ★ 133. **Gramsci e a escola** — Luna Galano Mochowitch ★ 134. **Dimensões simbólicas da personalidade** — Carlos Byington ★ 135. **Estrutura da personalidade** — Pessoa e sombra — Carlos Byington ★ 136. **Grandezas e unidades de medida** — O Sistema Internacional de Unidades — Romeu C. Rocha-Filho ★ 137. **Linguagem e ideologia** — José Luiz Fiorin ★ 138. **Subordinação e coordenação** — Confrontos e contrastes — Rávia de Barros Carone ★ 139. **Ernest Hemingway** — Julian Nazario ★ 140. **Roma Republicana** — Norma Musco Mendes ★ 141. **Pesquisa de mercado** — Marina Rutter & Sertório Augusto de Abreu ★ 142. **Burguesia e capitalismo no Brasil** — Antonio Carlos Mazzeo ★ 143. **Sistemas de comunicação popular** — Joseph M. Luyten ★ 144. **Evolução biológica** — Controvérsias — Celso Piedemonte de Lima ★ 145. **Arqueologia** — Pedro Paulo Abreu Funari ★ 146. **Escara** — Problema na hospitalização — Maria Coeli Campedelli & Raquel Rapone Gadzinski ★ 147. **Injeções** — Modos e métodos — Brígida Pfeiffer Castellanos ★ 148. **Ecologia cultural** — Uma antropologia da mudança — Renate Brigitte Vertier ★ 149. **Incas e astecas** — Culturas pré-colombianas — Jorge Luiz Ferreira ★ 150. **O pensamento medieval** — Inês C. Inácio & Tania Regina de Luca ★ 151. **O romance picaresco** — Mario González ★ 152. **História do Brasil recente** — Sonia Regina de Mendonça & Virginia Maria Fontes ★ 153. **História da música** — Da Idade da Pedra à Idade do Rock — Valdir Montanari ★ 154. **Pós-modernismo e literatura** — Domicio Prence Filho ★ 155. **Make or Do? Etc., etc.** — Resolvendo dificuldades — Eliana Valdeís López & Solange Marques Rollo ★ 156. **O Nordeste e a questão regional** — Manuel Correia de Andrade ★ 157. **A guerra na Grécia Antiga** — Marcos Alívio Pereira de Souza ★ 158. **Introdução à dramaturgia** — Renata Pallottini ★ 159. **A pesquisa em história** — Maria do Pilar de Araújo Vieira, Maria do Rosário da Cunha Peixoto & Yara Maria Aun Khoury ★ 160. **A Revolução Industrial** — José Jobson de Andrade Arruda ★ 161. **Antropologia aplicada** — Frans Moonen ★ 162. **O complexo de Édipo** — Franklin Goldgrub ★ 163. **As Cruzadas** — José Roberto Mello ★ 164. **Representação política** — Celso Fernandes Campilongo ★ 165. **Geopolítica do Brasil** — Manuel Correia de Andrade ★ 166. **Gêneros literários** — Angélica Soares ★ 167. **Análise de investimentos e taxa de retorno** — Pedro Schubert ★ 168. **A rede urbana** — Roberto Lobato Corrêa ★ 169. **A língua portuguesa no mundo** — Silvio Elia ★ 170. **Empréstimos linguísticos** — Nelly Carvalho ★ 171. **O cotidiano da pesquisa** — Nelson de Castro Senra ★ 172.

Iniciação ao Latim — Zelia de Almeida Cardoso ★ 173. **Expressões idiomáticas e convencionais** — Stelita Ortwier Tagnin ★ 174. **O espaço urbano** — Roberto Lobato Corrêa ★ 175. **Acentuação gráfica em vigor** — Amiri Boanain Hauy ★ 176. **Fotografia e história** — Boris Kossoy ★ 177. **Cenografia** — Anna Mantovani ★ 178. **Getulismo e trabalhismo** — Angela de Castro Gomes & Maria Celina D'Araújo ★ 179. **Artigo e crase** — Maria Aparecida Baccega ★ 180. **História do negro brasileiro** — Clóvis Moura ★ 181. **O Terceiro Mundo e a nova ordem internacional** — Antonio Carlos Wolker ★ 182. **A articulação do texto** — Elisa Guimarães ★ 183. **O império de Carlos Magno** — José Roberto Mello ★ 184. **Novas tecnologias em educação** — Lili Kawamura ★ 185. **Comunicação do corpo** — Monica Rector & Aluizio R. Trinta ★ 186. **Terceiro Mundo** — Conceito e história — Tullo Vigevani ★ 187. **Introdução à sociologia do trabalho** — Augusto Caccia Bava Jr. ★ 188. **Morfemas do português** — Valter Kehdi ★ 189. **Educação, tecnocracia e democratização** — Maria de Lourdes Manzini Covre ★ 190. **Evolução humana** — Celso Piedemonte de Lima ★ 191. **Neologismo** — Criação lexical — Ieda Maria Alves ★ 192. **Amazônia** — Bertha K. Becker ★ 193. **Introdução ao maneirismo e à prosa barroca** — Segismundo Spínola & Morris W. Croll ★ 194. **As duas Argéneas** — Emanuel Soares da Veiga Garcia ★ 195. **O período regencial** — Arnaldo Fazzoli Filho ★ 196. **Antiguidade Tardia** — Waldir Freitas Oliveira ★ 197. **Planejamento familiar** — Gilda de Castro Rodrigues ★ 198. **Introdução à terapia familiar** — Magdalena Ramos ★ 199. **Linguagem e sexo** — Malcolm Coulthard ★ 200. **Aristocratas versus burgueses? A Revolução Francesa** — T. C. W. Blanning ★ 201. **O Tratado de Versalhes** — Ruth Henig ★ 202. **Jung** — Gustavo Barcellos ★ 203. **A geografia linguística no Brasil** — Silvia Figueiredo Brandão ★ 204. **A Revolução Norte-Americana** — M. J. Heale ★ 205. **As origens da Revolução Russa** — Alan Wood ★ 206. **Coesão e coerência textuais** — Leonor Lopes Fávero ★ 207. **Como analisar narrativas** — Cândida Vileiras Gancho ★ 208. **Inconfidência Mineira** — Cândida Vileiras Gancho & Vera Vilhena ★ 209. **O sistema colonial** — José Roberto Amaral Lapa ★ 210. **A unificação da Itália** — John Gooch ★ 211. **A posse da terra** — Cândida Vileiras Gancho, Helena Queiroz F. Lopes & Vera Vilhena ★ 212. **As origens da Primeira Guerra Mundial** — Ruth Henig ★ 213. **As origens da Segunda Guerra Mundial** — Ruth Henig ★ 214. **Antigo Regime** — William Doyle ★ 215. **Formação de palavras em português** — Valter Kehdi ★ 216. **Maquiavelismo** — Sérgio Bath ★ 217. **A poética de Aristóteles** — Lígia Miltz da Costa ★ 218. **Conquista e colonização da América espanhola** — Jorge Luiz Ferreira ★ 219. **Verbores** — Amiri Boanain Hauy ★ 220. **A década de 50** — Populismo e metas desenvolvimentistas no Brasil — Mary Rodrigues ★ 221. **A década de 60** — Rebelião, contestação e repressão política — Maria Helena Paes ★ 222. **A década de 70** — Apogeu e crise da ditadura militar brasileira — Nadine Habert ★ 223. **A década de 80** — Brasil, quando a multidão voltou às praças — Mary Rodrigues ★ 224. **Grande sertão: veredas** — Roteiro de leitura — Kathrin Holzermayr Rosenfeld ★ 225. **O Impressionismo** — Juan José Balzi ★ 226. **A Semana de Arte Moderna** — Neide Rezende ★ 227. **A revolução mexicana** — Marco Antônio Villa ★ 228. **Japão** — ontem e hoje — Sérgio Bath ★ 229. **As missões** — Júlio Quevedo ★ 230. **O príncipe** — Maquiavel — Januário Francisco Megale ★ 231. **Primeiras estórias** — Dácio Antônio de Castro ★ 232. **Sonetos de Camões** — Antônio Medina Rodrigues ★ 233. **A rosa do povo e o claro enigma** — Francisco Achcar ★ 234. **A Ilustre casa de Ramires** — José de Paulo Ramos Junior ★ 235. **Construtivismo** — de Piaget a Enília Ferreira — Maria da Graça Azenha.